

# Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 37

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo terá que rever desonerações para cumprir meta, diz relator da nova regra fiscal .....5

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator do arcabouço fiscal defende projeto do governo, mas sinaliza para mudanças .....6

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo .....7

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

'Condições para queda dos juros estão mais presentes', diz presidente do BB .....9

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Privilégios são arcados pelos pobres .....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários cobram reforma tributária .....15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção até US\$ 50 "já não faz sentido", diz seu introdutor .....17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Momento demanda simplificação e transparência tributárias (Artigo) .....19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária defende aprovar IVA único federal .....20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo analógico e as lições da Shein - RAPHAEL DI CUNTO .....22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de ISS .....24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não há mágica para contas públicas, diz Campos Neto .....25

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostômetro atinge hoje a marca de R\$ 1 trilhão, sete dias antes do que em 2022 .....28

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo se embanana na Câmara, que fala em mudar plano fiscal de Lula (Vinicius Torres Freire) .....29

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com IVA, calculamos que haveria aumento de 23% da cesta básica, diz diretor da CNA ..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários espanhóis cobram reforma tributária no Brasil ..... 32

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Todos os setores ganham com reforma sob ponto de vista conservador da alta do PIB, diz Appy ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião de líderes vai indicar relatorias e presidências de CPIs na Câmara ..... 34

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Modelo de cashback é mais eficiente que modelo que prevê redução de alíquotas, diz Appy ..... 35

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy volta a criticar grau de litígio tributário e falta de transparência fiscal no Brasil ..... 36

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal passará por mudanças, mas sem 'retrocesso', diz Lira ..... 37

PORTAL R7 - NACIONAL - SÃO PAULO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em recado ao governo, Tarcísio diz confiar no Congresso para manutenção das reformas ..... 38

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação do STJ de proposta que mexe em benefícios das empresas é difícil, segundo especialistas ..... 39

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

No caminho do fim dos subsídios ..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad mira caixa preta de isenções fiscais para recuperar R\$ 150 bi ..... 43

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco de impacto negativo bilionário ..... 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula volta a cobrar redução dos juros ..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad mira "caixa preta" de isenções fiscais ..... 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca não terá mudança traumática ..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e riscos do arcabouço fiscal (Artigo) ..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MPME  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma deve facilitar vida dos pequenos, dizem especialistas ..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplifica Já deve elevar carga tributária, diz Appy ..... 54

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Os fortes argumentos dos serviços na reforma tributária (Artigo) ..... 55

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço exigirá um considerável esforço fiscal (Por quê?) ..... 56

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em Brasília, Tarcísio diz que o estado de São Paulo vai apoiar a reforma tributária  
..... 57

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha: CPMI não atrapalhará tramitação de arcabouço fiscal ..... 58

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy e coordenador de movimento contra IVA trocam farpas em debate sobre reforma  
tributária ..... 59

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy defende conceito de base ampla da reforma tributária ..... 60

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria será a mais beneficiada com a reforma tributária, mas todos os setores ganham, diz  
Bernard Appy ..... 61

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados poderão ter compensação permanente por reforma tributária, diz coordenador do tema  
na Câmara ..... 62

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad sobre renúncias fiscais: Se for legítimo, trata à luz do dia ..... 64

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad quer cortar R\$ 150 bilhões em renúncias fiscais e abrir caixa-preta..... 65

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: Iniciativas tributárias de estados geram cenário caótico para setor produtivo  
..... 66

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Iniciativas tributárias de estados geram cenário caótico para setor produtivo (Artigo)  
..... 68

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova regra fiscal está longe de ser "comprada" por mercado..... 69

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não vamos tomar medidas na calada da noite , diz secretário do Mdic.....72

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula, imposto e conflito social - VINICIUS TORRES FREIRE.....74

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo que abastece BNDES precisa de R\$ 5,1 bi para não ficar no vermelho.....76

# Governo terá que rever desonerações para cumprir meta, diz relator da nova regra fiscal

**Brasília**

/  
**Hellen Leite, do R7, em Brasília**

O relator do projeto do novo marco fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), afirmou nesta quarta-feira (26) que o governo terá que rever desonerações para aumentar a arrecadação e conseguir cumprir com a proposta que vai substituir o teto de gastos.

"Vamos ter que ter um mecanismo para trabalhar [o aumento da] receita. Não vai ser fácil mexer nas desonerações ou começar a tributar essas empresas chinesas, mas acredito que o governo tem margem grande para melhorar a arrecadação na fiscalização e nas alíquotas dos incentivos", comentou em evento da frente parlamentar 'Pelo Brasil Competitivo'.

· Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

· Compartilhe esta notícia pelo Telegram

A proposta enviada pelo governo ao Congresso não prevê a criação de **impostos** ou de novas alíquotas, no entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que será necessário rever algumas desonerações para garantir um incremento de R\$ 150 bilhões neste ano.

"A regra fiscal ancorada no crescimento da receita é o desafio do governo. Vamos ver como fica a questão dos combustíveis, se isso vai entrar para o orçamento. Porém, o governo tem se comprometido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a cumprir essas metas e cumpri-las ao longo dos anos", comentou.

No caso dos combustíveis, o retorno integral dos **impostos** federais significaria um incremento de cerca de R\$ 28,7 bilhões aos cofres públicos, mas o Palácio do Planalto optou por cobrar uma alíquota parcial até o fim de junho, que será de R\$ 0,47 sobre a gasolina e de R\$ 0,02 sobre o etanol. Com isso, a estimativa de arrecadação é de R\$ 22 bilhões.

Leia mais: Entenda a proposta do governo de novas regras fiscais entregue ao Congresso Nacional

Cajado tem se reunido com lideranças do Congresso, empresários e setores da sociedade civil em busca de sugestões para compor o relatório. Ele terá cerca de três semanas para estudar o projeto enviado pelo governo e fazer os ajustes necessários para votação no plenário. Isso porque o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta na Casa até o dia 10 de maio.

"O presidente tem certa urgência para votar isso. Ao passo que aprovarmos o marco fiscal, iremos para a **reforma tributária** e à LDO para termos todos os regramentos concretizados para que possamos ter uma visão clara de que o país terá segurança jurídica e macroeconômica", comentou.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/governo-tera-que-rever-desoneracoes-para-cumprir-meta-diz-relator-da-nova-regra-fiscal-26042023>

# Relator do arcabouço fiscal defende projeto do governo, mas sinaliza para mudanças

## **Brasília**

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), defendeu o projeto apresentado pelo governo, mas sinalizou para mudanças pelo Congresso. Nenhum projeto passa nesta Casa sem modificações, disse o parlamentar, sem antecipar, contudo, as alterações que pretende inserir no seu relatório.

Em café da manhã da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo, no restaurante do Senado, Cajado chamou o arcabouço fiscal de inteligente, moderno e com gatilhos anticíclicos e disse estar aberto a considerações sobre o projeto.

O relator expôs ainda sua torcida para que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instaladas no Congresso Nacional não atrapalhem a tramitação do novo marco fiscal e da **reforma tributária**.

A Câmara vai instalar a CPI do MST e da Americanas. Além disso, há grande expectativa para a abertura de uma CPMI - no caso, uma comissão mista de deputados e senadores - para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro.

No café da manhã da Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo, Cajado anunciou que fará uma reunião com líderes da Câmara na próxima terça-feira, às 11 horas, de forma a ter nos próximos 15 dias o seu relatório formatado. Estou correndo, disse o parlamentar.

Cajado ainda avaliou que o governo não terá facilidade para mexer nas desonerações, plano da equipe econômica para elevar as receitas públicas.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/26/relator-do-arcabouco-fiscal-defende-projeto-do-governo-mas-sinaliza-para-mudancas.htm>

# Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo

*Por Marcelo Osakabe - De São Paulo*

O projeto de **reforma tributária** defendido pelo governo, que pretende reduzir ao máximo possível o número de alíquotas dos **impostos** sobre o consumo e acabar de vez com a cumulatividade dos **impostos**, poderia gerar ganho final de 7,84% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro e elevar lucro de quase todos os setores da economia, segundo estudo publicado recentemente por quatro economistas brasileiros.

Partindo do pressuposto de que a mudança é neutra do ponto de vista da arrecadação do governo, eles estimam que, em um universo de 66 setores da economia, 21 acabariam pagando mais **impostos** que hoje - a maioria do segmento de serviços. Destes, no entanto, em apenas 11 a produção cairia e em somente três isso também resultaria em queda dos lucros.

Os demais veriam uma alta dos lucros, que chega a ser superior a 36% no exercício. Em 33 deles, a alta do lucro ultrapassa 10% e, em 14, fica acima dos 15%.

Segundo Pedro Cavalcanti Ferreira, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e colunista do Valor, o estudo é inédito no mundo ao usar um arcabouço econômico relativamente recente para simular qual seria o efeito de uma mudança muito parecida, na concepção, com a que vem sendo pregada pela equipe liderada pelo secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

"Se por acaso a tributação de um setor cai, existe primeiro o efeito direto sobre ele, mas também os indiretos, já que ele é insumo de outros setores e também demanda produtos de seus fornecedores dele. A partir dessa mudança que é trocar todas essas alíquotas diferentes por uma única, o modelo faz esse cálculo conjunto dos novos preços relativos e estrutura de custos para todos os setores", diz Cavalcanti, que assina o artigo com Bruno Delalibera e Johann Soares, ambos ligados à EPGE, e Diego Gomes, economista do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uma das características do modelo, alimentado com dados da matriz insumo-produto do IBGE para 2015, é justamente encontrar um equilíbrio geral a partir da interconexão entre os setores. Nesse ponto, aparece

uma divergência importante: a alíquota do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) que é neutra do ponto de vista da arrecadação, segundo esse exercício, ficou em 6,96%, bem abaixo dos 25% propostos pelo governo federal.

"O Appy não ficou muito contente quando a gente mostrou para ele", admite Ferreira. "O nosso número saiu de uma calibração cuidadosa de que usa melhores dados disponíveis a nível setorial. Mas eles devem ter acesso a números mais detalhados, uma calibração melhor."

Apesar da diferença considerável, o economista avalia que a mensagem geral não se perde. "Os efeitos são muito positivos, tanto agregados quanto setoriais. O Brasil só tem a crescer com uma reforma desse tipo."

Outro resultado que o modelo traz, e que vai na direção do que prega o governo, é que o grosso do ganho econômico que a reforma traz vem a partir da simplificação das tarifas. Do crescimento de 7,84% esperado para o **PIB**, 5,97 pontos percentuais são atribuídos apenas à uniformização das alíquotas, ao passo que 1,87 ponto se dá pela eliminação da taxa cumulativa.

"A princípio, esse resultado nos surpreendeu. Mas é preciso lembrar que parte do problema da cumulatividade foi resolvida em reformas anteriores sobre o ICMS e do IPI, ainda que às vezes seja difícil receber esses créditos. Quem manteve essa cumulatividade foi o ISS e parte do PIS/Cofins", nota o pesquisador.

Appy e a equipe econômica do governo têm ressaltado a importância de manter o número de exceções à alíquota de referência como a menor possível. No entanto, eles já admitem algumas exceções, como para os setores de saúde e educação privada.

Saúde e educação privada estão entre os três únicos setores que registram queda dos lucros no estudo, de respectivamente 2,7% e 2,1%. "Mas isto é fácil resolver. Como educação e saúde são setores importantes para a sociedade, é possível fazer um pequeno ajuste na tarifa para não cair o produto nem a lucratividade", diz Ferreira.

Além destes o único outro setor que teria queda na

lucratividade seria o de atividades imobiliárias. Para este, no entanto, a equipe econômica também tem ventilado instituir uma forma de tributação não favorecida, mas diferenciada para o segmento.

Na outra ponta, o setor mais beneficiado pelo exercício seria o de extração de petróleo e gás, incluindo atividades de apoio, com salto de 36,1% nos lucros. O salto ocorreria a despeito de uma pequena queda na produção, de 3,9%. "Isso acontece porque um dos setores mais taxados hoje é o de refino", explica o economista.

Outros segmentos podem experimentar queda na atividade e alta nos lucros como atividades jurídicas, contábeis, consultorias e sedes de empresa (lucro 17,4% maior), aluguéis não imobiliários e gestão de propriedade intelectual (+13,9%), serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P D (+11,5%).

Outra força que age no sentido contrário ao de reduzir a heterogeneidade tributária é a desconfiança de Estados e municípios em relação ao controle de suas receitas após a reforma. Este é o temor de fundo por trás do fato de a equipe econômica trabalhar com duas PECs, 45 e a 110. Enquanto a primeira, que contou com participação direta de Appy, cria um IVA único, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a segunda prevê um IVA dual: o IBS subnacional, gerida por Estados e municípios, e o IBS federal, de competência da União.

Para Ferreira, é importante limitar o número de exceções. "Concordo com o governo, quanto mais tiver, menor resultado para economia. E obviamente os lobbies se organizam, desde setoriais até o de Estados, que defendem seus interesses legítimos. A reforma traz ganho diminuindo a bagunça, mas quanto mais poder os Estados tiverem para impor diferentes alíquotas, menor será esse ganho. No limite, perde o sentido", diz.

Os autores também, por fim, testaram a hipótese de uma alíquota diferenciada e maior para dois grupos. O primeiro, equivalente ao "imposto seletivo" também em discussão pelo governo, mantém a alíquota original para dois setores que atualmente são pesadamente tributados: bebidas e tabaco. O segundo grupo é composto por seis setores com alta emissão de carbono e, por isso, receberia taxa de 50% maior que a do restante da economia.

Nesse exercício, os resultados principais pouco variam. No caso do imposto seletivo sobre o primeiro grupo resultaria em alíquota final de 6,88% sobre os demais 64 setores e um crescimento do PIB total de 7,45%. Já no caso do segundo grupo, a alíquota final sobre todos os demais cairia a 6,89%, ao passo que

os poluidores pagariam 10,34%. O crescimento do PIB, neste cenário, seria de 7,72%.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo

#### Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/26/quase-todos-setores-vaoluclar-com-reforma-aponta-estudo.ghtml>

# 'Condições para queda dos juros estão mais presentes', diz presidente do BB

**Por Guilherme Pimenta - De Brasília**

Primeira mulher e primeira negra a comandar o Banco do Brasil (BB) em 214 anos de história, Tarciana Medeiros, 44, faz coro - ainda que de forma moderada - aos apelos do governo e avalia que já há condições para o Banco Central começar a reduzir a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. "Os juros não podem permanecer no patamar atual por muito tempo", afirmou ao Valor em sua primeira entrevista exclusiva desde que assumiu o comando da instituição financeira, há cem dias, completados nesta quarta-feira. "Uma taxa de juros muito alta inibe a atividade econômica e desacelera a economia."

A apresentação do arcabouço fiscal "trará avanços na queda sustentável da taxa de juros", na visão de Medeiros. "A sociedade e as empresas sempre buscaram se adaptar ao patamar da taxa básica, mas esse é um esforço que tem limite e tempo de maturação", disse.

Indicada ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a executiva é funcionária de carreira do BB, com 23 anos de casa. A executiva destacou a estratégia de sua gestão de apoiar principalmente micro e pequenas empresas (MPEs), e afirmou que não haverá desaceleração de crédito por parte do banco em um momento de preocupação por parte do governo e do mercado. Segundo ela, nos primeiros cem dias deste ano, o Banco do Brasil aumentou em 34% o desembolso de crédito para o segmento (incluindo capital de giro, recebíveis e investimentos). Em toda a carteira de empresas, incluindo o atacado (médias e grandes companhias), a alta foi de 14%, com R\$ 48,9 bilhões liberados.

"Neste instante, não me preocupo", respondeu quando questionada se há uma crise de crédito no país. Apesar disso, a executiva contou que o banco se antecipou e lançou estratégias específicas para renegociações de dívidas - com aumento de 40% nestes primeiros cem dias em relação ao ano passado (o que representa R\$ 2,5 bilhões). Ela também disse que não há sobressaltos nos índices de inadimplência, nem mesmo para MPEs e pessoas físicas, áreas de maior preocupação no governo.

Em linha com a visão dos bancos privados, a executiva avaliou que é preciso fazer um estudo do

setor de cartão de crédito antes de impor um teto de juros ao rotativo, desejo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Existem discussões mais profundas que precisam ser feitas antes de definições de teto ou não", ponderou a presidente do BB.

Valor: A senhora é a primeira mulher a comandar o BB e completa cem dias na presidência nesta quarta. O que foi feito até aqui?

Tarciana Medeiros: Tenho cuidado em trabalhar em conglomerado, com todas as empresas [do grupo]. Os objetivos iniciais já foram cumpridos, e destacaria a criação de um comitê estratégico de diversidade, formal e institucional. Temos um comitê de crédito, e agora um de diversidade no mesmo nível de importância. Também houve a inclusão de mais mulheres em cargos de gestão.

Valor: E em termos de resultados?

Medeiros: Houve evoluções. Um exemplo é a agricultura familiar. Nos primeiros cem dias, tivemos crescimento de 36% em relação a 2022, com R\$ 4,4 bilhões liberados. É motivo de muita comemoração e celebração mesmo. Tivemos um período com dificuldade no crédito de agricultura familiar, no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e os funcionários compraram a estratégia de conciliar a atuação comercial com a social. Estamos trabalhando forte em cadeia produtiva, desde o pequeno produtor até o financiamento da indústria que exporta. E crescemos sem deixar de fazer nenhum grande negócio no agronegócio: liberamos R\$ 35 bilhões nos primeiros cem dias no agro, 34% de crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Valor: A senhora pode dar um exemplo de como é possível conciliar o social com o comercial? A percepção de alguns é a de que existe uma dicotomia...

Medeiros: Temos 2,34 mil unidades do Minha Casa Minha Vida (MCMV) concluídas nestes primeiros meses. É um programa de governo e o BB, um dos operadores. Quando entregamos essas unidades, financiamos, por exemplo, micro e pequenas empresas da região e, junto às prefeituras, a infraestrutura de transporte público. Além disso, temos

a aquisição de 2,34 mil novos clientes para o banco. É possível, sim, atuar nas duas faces da economia: cuidar do social e do comercial.

Não estamos com dificuldade para emprestar, estamos focados na estratégia de hiperpersonalizar a concessão de crédito"

Valor: Como o BB tem trabalhado frente ao atual cenário do crédito no Brasil, uma das principais preocupações da equipe econômica, especialmente para micro e pequenas empresas?

Medeiros: É um segmento que sofreu nos primeiros cem dias, e havia uma expectativa de se o BB pararia de emprestar, mas pelo contrário. Crescemos 34% em volume de desembolsos. E tenho feito muita questão de, em todos os negócios que vamos fazer, que observe a mulher nesse contexto. Quando falamos de micro e pequenas empresas, R\$ 8,3 bilhões foram para empresas que são dirigidas por mulheres, 36% a mais em relação aos três meses de 2022.

Valor: Há uma crise de crédito no Brasil?

Medeiros: Em relação ao banco, precisa ser levada em consideração uma gestão de capital e de inadimplência de forma muito direcionada. Quero deixar como mantra entregar um banco para cada cliente, e tenho falado em preço por cliente. Existe um piso, um teto de preço para qualquer linha de crédito nas quais podemos atuar. O BB vive um momento em que estamos colhendo o resultado. Não estamos com dificuldade para emprestar, estamos focados na estratégia de hiperpersonalizar a concessão de crédito e na indicação de outros produtos para o cliente. Conseguir ampliar a carteira de crédito nestes cem dias é fruto dessa atuação mais direcionada.

Valor: Mas essa situação direcionada não significa que o banco será mais rigoroso na hora de conceder crédito?

Medeiros: Não necessariamente. Significa que o cliente vai pagar no crédito o preço que diz respeito ao comportamento dele, com o melhor produto.

Valor: Como assim?

Medeiros: Uma microempresa pode buscar um capital de giro, mas na verdade ela precisa de investimento. Vamos orientar de maneira adequada, porque a destinação de um recurso de investimento é bem diferente do capital de giro.

Valor: Então não há uma preocupação com o cenário do crédito?

Medeiros: Neste instante, não me preocupo. Estamos dando andamento ao planejamento que nos propusemos para 2023. Pode acontecer para deslocar curva de resultado de um trimestre para o outro, mas nada que vá comprometer o plano.

Valor: Mas apesar de mais controlada do que outros bancos, o BB também apresentou uma alta da inadimplência no último trimestre. Qual cenário a senhora vislumbra para o ano?

Medeiros: Vislumbramos uma manutenção de gestão dessa inadimplência em patamares muito aceitáveis.

Valor: Mas o banco trabalha com algum aumento desses índices, ainda que na margem?

Medeiros: Não tenho informação de fechamento de resultado [do primeiro trimestre de 2023], mas em todos os acompanhamentos que fizemos, não houve nenhum sobressalto em nenhuma linha que mereça uma atenção especial.

Valor: Nem no âmbito de pequenas empresas e pessoas físicas?

Medeiros: Não.

Valor: Então não haverá suspensão ou freio no crédito?

Medeiros: Não é o cenário do Banco do Brasil.

Valor: O governo está desenvolvendo o Desenrola, para renegociar dívidas de até 70 milhões de CPFs negativados. Essa quantidade de pessoas inadimplentes preocupa o banco?

Medeiros: Até que saia o Desenrola, na linha da gestão responsável, não paramos de renegociar dívidas de pessoas físicas e microempresas. Houve uma ampliação de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. Precisamos desse cliente saudável para que ele continue inserido na economia.

O banco tem a missão de concorrer com os demais, e um do tamanho do nosso ajuda a trazer equilíbrio"

Valor: O presidente Lula tem falado muito em crédito direcionado. O BB estuda linhas específicas?

Medeiros: Estamos tratando de microcrédito no âmbito do Pronaf. Já no microcrédito para microempreendedor individual (MEI) estamos conversando com o governo. O Banco do Nordeste, por exemplo, tem expertise muito grande, e o governo quer exportar para os demais players, entre eles o BB.

Valor: A senhora assume o BB após uma gestão que entregou lucros recordes. As projeções deste ano são de manter e até ampliar essa rentabilidade. Isso será possível no cenário atual?

Medeiros: O BB vai dar o resultado do tamanho do banco. A estratégia e o guidance estão dados. Trabalhamos para atender o que já divulgamos a mercado. Para os próximos anos, a tendência é manter os resultados.

Valor: Mas existe uma avaliação na área fiscal do governo e entre especialistas no sentido de que as empresas estatais podem perder lucratividade e, conseqüentemente, repassar menos dividendos à União...

Medeiros: O banco permanecerá sendo lucrativo aos acionistas, inclusive ao majoritário. Quando olhamos para nossa política de payout [pagamento de dividendos], já há até uma discussão se o BB poderia pagar e elevar o pagamento de dividendos. Nossa estratégia está atrelada à responsabilidade da gestão. Dentro das empresas do grupo, pode até haver uma revisão na política de payout, mas neste instante ainda não é o caso do BB.

Valor: Qual deve ser o papel de um banco como o BB, de economia mista?

Medeiros: Deve competir. Somos um banco, um banco público de economia mista. Mas quando falamos de competição, ela não diz respeito a ganhar do outro em preço. Há uma noção de dar mais resultados, mas às vezes é ser mais sustentável no sistema financeiro. Quando um cliente vem ao BB e também é cliente do Itaú ou do Santander, ele mantém os negócios dele, mas também faz negócios aqui. O banco tem a missão de concorrer com os demais, e um banco do tamanho do nosso ajuda a trazer equilíbrio para esse sistema econômico. O que o cliente espera do BB mudou. É importante ter um player público que concorre no nível que concorreremos.

Valor: O que o cliente espera do BB hoje?

Medeiros: Um banco com presença em todo o país: física ou digital. O cliente e o mercado esperam o BB forte no agronegócio, e a sociedade espera uma atenção voltada à agricultura familiar, proporcionando também inclusão financeira de micro e pequenas empresas, além de crédito para o empreendedorismo.

Valor: A sra. também acha que a taxa básica de juros está alta no Brasil, como dizem Lula e outros representantes do governo?

Medeiros: Não só no Brasil, mas em qualquer

economia de mercado uma taxa de juros muito alta inibe a atividade econômica e desacelera a economia. Isso não é opinião, mas fato. A sociedade e as empresas sempre buscaram se adaptar ao patamar da taxa básica, mas esse é um esforço que tem limite e tempo de maturação. Os juros não podem permanecer no patamar atual por muito tempo. Acredito que as condições para que a taxa básica caia estão cada vez mais presentes. O mercado recebeu bem o IPCA de março, com indicações claras de desaceleração de preço. O petróleo, com a guerra, sofreu alta, e estamos em um momento de preços mais acomodados. Temos as novas agendas macroeconômicas, com o arcabouço fiscal que, somado à **reforma tributária**, trará avanços na queda sustentável da taxa de juros. Com base nessas questões, acredito em queda da Selic de forma consistente, para que a gente tenha um nível de juros básicos que estimule investimentos novamente.

Valor: O BC defende o patamar atual, sob o argumento de que uma derrubada da Selic sem credibilidade poderia gerar um efeito ruim no médio/longo prazo...

Medeiros: Não vou comentar questões do regulador nem entrar na seara da discussão do regulador com o governo, mas repito: não é sustentável por muito tempo. Em algumas situações, é necessário para que mantenha o controle da **inflação**, mas não é sustentável a manutenção dos patamares atuais.

Valor: A governança do banco hoje é mais robusta para evitar eventuais pressões políticas como houve no passado, como uma tentativa do governo de usar bancos públicos para reduzir taxas de juros?

Medeiros: Temos uma estrutura de governança corporativa forte e consolidada. As decisões são colegiadas e muito discutidas, dando conforto.

Valor: E qual a avaliação da sra. sobre o uso dos bancos públicos para reduzir taxas de juros, como feito no passado?

Medeiros: Esse projeto de um banco para cada cliente, com hiperpersonalização na concessão do crédito com base na necessidade, já nos leva a conceder o crédito a juros adequados no perfil de consumo. Um exemplo é o consignado do **INSS**: o BB já praticava uma das menores taxas do mercado, entendendo risco e capacidade de pagamento do público. Embora houvesse um teto, operávamos em um preço menor porque é uma característica do negócio.

Valor: Mas o que a sra. pensa do uso do banco público para regular preços no restante do sistema financeiro?

Medeiros: De certa forma, quando já empresto em patamar adequado ao cliente, já trabalhamos com essa regulação, colocando esse equilíbrio ao mercado.

Valor: Os bancos públicos podem ser usados para reduzir juros, como em momentos de crise?

Medeiros: A atuação do banco, em momento de crise ou não, é voltada para gestão responsável do nosso capital. Em um momento de crise, nossa gestão adequada de inadimplência, de capital e da carteira de crédito proporciona manter o protagonismo, e os números deste trimestre mostram isso.

Valor: Fernando Haddad quer impor um limite para a taxa de juros ao rotativo do cartão de crédito. Os bancos privados resistem a essa proposta. É preciso estabelecer um teto para essa modalidade?

Medeiros: É preciso estudar o tema. Estamos participando de uma comissão com a Febraban que vai encontrar soluções e realizar uma análise criteriosa. Pode até culminar em um teto, como no cheque especial, mas o sistema de cartão de crédito tem diversos outros aspectos que precisam ser estudados, como o perfil do cliente que está usando rotativo como capital de giro ou como crédito pessoal. Uma camada da população tem acesso ao crédito pelo cartão, mas talvez não seja a linha mais adequada para financiar consumo. Existem discussões mais profundas que precisam ser feitas antes de definição de teto ou não. Não excluo a possibilidade. Se houve um recuo, é porque são muitos aspectos a serem analisados.

Valor: O que falta para preencher a vice-presidência de agronegócios do banco?

Medeiros: Isso seria tratado caso o tema tivesse chegado ao conselho de administração, mas não chegou. Temos alguns direcionamentos no mercado de agro sobre uma mudança no tratamento. Pretendemos conceder crédito cada vez mais verde, como também trabalhar a cadeia do agro sustentável, expandindo a agricultura familiar. Então, há uma discussão das características para a vice-presidência. Não há um nome definido ou direcionado.

Valor: Circula que o governo estaria aguardando mudanças na Lei das Estatais para indicar a ex-senadora Kátia Abreu ao cargo. Seu nome agradaria à senhora?

Medeiros: Não a conheço pessoalmente, mas como ministra da Agricultura. E ela fez um bom trabalho.

Valor: Quais as expectativas para o Plano Safra? A antiga gestão do BB argumentava que, com a entrada

da Caixa, perdeu recursos...

Medeiros: As expectativas estão no sentido de que o BB tenha recursos a proporcionalidade de nossa capacidade de entregar. No último Plano Safra, tivemos um valor bem abaixo do possível. Não é reduzir dos demais players, mas entregar o adequado para nós.

Valor: A indústria tem defendido um plano safra industrial, com juros subsidiados. Há algum plano para o setor?

Medeiros: Há uma expectativa de crédito para a indústria. Com os acordos que o presidente tem feito pelo mundo, esperamos investimentos para a indústria, e percebemos um movimento do setor tentando buscar crédito no mercado de capitais ou por financiamento direto.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/26/condicoes-para-queda-dos-juros-estao-mais-presentes-diz-bb.ghml>**

# Privilégios são arcados pelos pobres

*Por Nilson Teixeira*

A luta por privilégios e vantagens por grupos de interesse é usual na nossa cultura, sem maiores preocupações com as consequências para a sociedade. Esses grupos partem do pressuposto de que é dever da sociedade garantir esses direitos, sob o argumento de torná-la menos desigual, ou de que essas vantagens se convertem em benefícios diretos para a coletividade no médio prazo. O discurso é deveras lindo, mas quase nunca condiz com a realidade.

Os segmentos com maior influência têm sido capazes de manter benefícios injustificáveis e que comprovadamente não melhoram as condições de vida dos mais desfavorecidos nem aumentam o crescimento potencial do país. Ao contrário, a maioria das renúncias tributárias reduz a renda disponível dos mais pobres, por exigir maiores **impostos** sobre bens e serviços muito relevantes na sua cesta de consumo.

Congresso deve revisitar os atuais R\$ 600 bilhões de renúncias tributárias e subsídios creditícios

Há muito venho defendendo que o Congresso revise os atuais R\$ 600 bilhões de renúncias tributárias e os subsídios creditícios, de forma a manter apenas os que comprovadamente trazem mais benefícios do que custos para a sociedade. Apesar da importância do papel do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, seria um erro esperar por sua análise para propor a eliminação de renúncias no âmbito da **reforma tributária**. Isso só serviria para prolongar a manutenção dos privilégios.

Mais recentemente, lideranças políticas e membros do governo têm reconhecido essa urgência, com o ministro da Fazenda mencionando a meta de eliminação de renúncias de R\$ 150 bilhões. O ministro assinalou também o objetivo de abrir uma suposta caixa preta e informar os CNPJs de todas as empresas beneficiadas. Não vejo vantagem nessa divulgação, pois o projeto de orçamento anual já estima as renúncias por setor, por tipo de imposto e por região. O trabalho de elaboração e detalhamento da lista de CNPJs acabará apenas por retardar o encaminhamento de propostas tratando da **reforma tributária** e do corte de renúncias. Ademais, a tramitação no Congresso já será mais demorada devido às atenções voltadas para as discussões na CPMI sobre os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

Infelizmente, a história confirma que mesmo os privilégios sem benefícios relevantes para a maioria da sociedade são de difícil eliminação. A desistência do governo Lula de propor a cobrança de imposto sobre compras com valor inferior a US\$ 50 por pessoas físicas é claro exemplo dessa dificuldade.

Há também muitos casos associados aos benefícios excessivos oferecidos à elite do serviço público, notadamente do Poder Judiciário. Mesmo com as atuais restrições orçamentárias, poucos políticos fazem declarações - claramente infrutíferas - contra esses privilégios. Do mesmo modo, a maioria dos reduzidos casos de eliminação dessas vantagens termina por ser derrubada pelo Judiciário sob várias justificativas, entre as quais a da norma aprovada pelo Congresso ferir um suposto direito adquirido. Esses casos são muitos e englobam os pagamentos de pensão às filhas solteiras de diplomatas e de militares, bem como os adicionais por produtividade pagos a diversas carreiras do funcionalismo, inclusive para os já aposentados.

O caso mais recente refere-se à concessão de bônus por tempo de serviço. Embora a legislação tenha derrubado esse penduricalho, o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou o restabelecimento de quinquênios para juízes federais, só voltando atrás e encaminhando a decisão para o plenário do CNJ depois da repercussão negativa na imprensa sobre o custo de pagamentos retroativos de R\$ 1 bilhão, com alguns juízes recebendo cerca de R\$ 2 milhões. Depois da divulgação na imprensa, o TCU também se manifestou contrário ao pagamento. O usual, porém, é que transferências dessa natureza acabem por serem pagas quando a imprensa e a sociedade estiverem mais entretidas com outros escândalos.

Os privilégios do Poder Judiciário não estão restritos ao governo federal. O salário médio de juízes em vários Estados confirma a proliferação de penduricalhos para driblar as normas estabelecidas pelo Legislativo relativas ao limite constitucional de remuneração do funcionalismo. Esses privilégios tampouco estão relacionados apenas ao Judiciário. A permissão para que posições remuneradas em conselhos de estatais sejam ocupadas por ministros, que pouco ou nada se dedicam a essa tarefa, é uma das formas de driblar esse limite e de apropriação dos recursos públicos. A permissão para que ocupantes de algumas funções do serviço público também possam

trabalhar no setor privado é outro privilégio estranho, pois é natural que esses funcionários se dediquem muito mais à atuação particular, uma vez que o emprego e a remuneração estão garantidos no setor público, independentemente da sua performance.

Isso sem mencionar os enormes subsídios para grupos específicos com dinheiro público. Dada a sua relevância, a agricultura e o setor imobiliário têm sido capazes de capturar benefícios de diferentes formas, incluindo o direcionamento de recursos advindos de aplicações em ativos financeiros isentos de imposto de renda, da caderneta de poupança e do FGTS. Por sinal, é um absurdo que a poupança e o FGTS gerem uma perda do valor real depositado, dilapidando as economias dos poupadores pobres sem acesso a uma melhor alternativa.

Grupos de interesse sem nenhuma civilidade só pensam em aumentar seus privilégios, sempre com argumentos sobre a preciosidade das suas contribuições para a economia e a sociedade. Ao não requerer imediata alta de **impostos** como contrapartida, a população e os parlamentares não percebem as drásticas consequências dessas vantagens. De alguma forma, porém, a camada majoritária da sociedade - que não consegue se proteger nem impedir abusos - arca com os custos dessa oferta desmedida de vantagens e do direcionamento do enorme volume de crédito a juros inferiores à taxa de mercado. O governo Lula precisa dar um basta nisso.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter @EconomicsArtBRL.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Privilégios são arcados pelos pobres

**Site:** <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/privilegios-sao-arcados-pelos-pobres.ghtml>

# Empresários cobram reforma tributária

*Vicente Nunes Correspondente*

Empresários espanhóis reunidos ontem em um evento promovido pelo governo brasileiro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceram as potencialidades econômicas do Brasil, mas defenderam ser importante avançar em pontos estratégicos, como a **reforma tributária**, para tornar o ambiente de negócios mais amistoso. A perspectiva é de que o Congresso Nacional aprove ainda neste ano um sistema de **impostos** menos complexo e mais justo.

"A **reforma tributária** é muito importante", disse o CEO da Iberdrola Espanha, Mario Ruiz- Tagle. "A reforma é fundamental para as empresas", endossou Eduardo Navarro, diretor de Estratégia e Assuntos Corporativos da Telefônica.

Para tentar convencer os donos do dinheiro - os espanhóis são o segundo grupo que mais investe no Brasil, com estoque de US\$ 63 bilhões -, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, assegurou que o governo está empenhado não só em levar a **reforma tributária** adiante, como aprovar, o mais rapidamente possível, o novo arcabouço fiscal, um reforço, segundo ele, à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que deu um freio na gastança sem controle do dinheiro público. "Teremos boas notícias nessas áreas", afirmou o secretário.

Perdas e ganhos

Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), Jorge Viana assinalou que um país como o Brasil não pode impor tantas dificuldades para se abrir ou fechar uma empresa e para se pagar **impostos**. Ela acredita que as condições atuais são muito favoráveis para a aprovação da **reforma tributária** tanto na Câmara quanto no Senado, pois há um consenso entre setor produtivo, governo e entes federados.

"Não dá para seguir da forma como está. Todos estão perdendo.

Se a reforma for feita, todos vão perder menos e, no médio e no longo prazos, certamente, todos ganharão", assinalou. "Sem uma **reforma tributária**, o Brasil não avança. Nós estamos vivendo crises que são impositivas para que os países se preparem para enfrentá-las." (VN)

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/26/all.pdf>**

# Isenção até US\$ 50 "já não faz sentido", diz seu introdutor



Maciel vê 'situação desigual entre produtor nacional e os de fora'

SONIA RACY

## CENÁRIOS: Everardo Maciel Ex-secretário da Receita Federal

Para a posse que não houve, Tancredo Neves tinha, em março de 1985, um discurso cujo título era curto e definitivo: "É proibido gastar". Mas a nova Constituição, três anos depois, propunha o oposto: "Temos de gastar". Quem lembra disso é um veterano dos corredores do poder em Brasília, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que desde os anos 80 passou pelos ministérios da Educação, do Interior, da Integração, da Fazenda e pela Casa Civil. A frase de Tancredo, avisa, cai como uma luva no Brasil de hoje.

E um dos pontos centrais desse debate, no momento, é a polêmica isenção de imposto para compras no exterior abaixo de US\$ 50 - medida introduzida por ele próprio, em 1995, num pacote sobre legislação tributária - na verdade era um imposto único "tratando de tudo".

"O mundo mudou. Hoje não faz o menor sentido", diz o agora professor da Escola Federal de Magistratura.

Nesta conversa com Cenários, ele também adverte que "no quadro atual não há empenho em tornar o Estado eficiente".

Um país com 38 ministérios?

"Isso é uma coisa completamente disfuncional", diz o consultor. A seguir, os principais trechos da conversa.

O Brasil vive hoje um intenso debate sobre isenção de imposto para compras no exterior de até US\$ 50. Como avalia essa questão?

Não sei o que vai acontecer, mas posso dizer o seguinte: essas coisas foram disciplinadas quando eu era secretário da Receita, em 1995. Estabeleceu-se uma alíquota única para os impostos federais, de 60% do valor da mercadoria e a isenção no caso de presentes de pessoa física a pessoa física até US\$ 50, mais um outro limite, maior, no caso de medicamentos. Então, eu criei um imposto único tratando de tudo - o de importação, IPI e outros. PIS e Cofins ainda não existiam.

E funcionou.

Sim. Mas desde então o mundo mudou. Na época não havia o marketplace, nem um comércio eletrônico globalizado. A China estava longe de ser o que é hoje, não havia os gigantes asiáticos. Hoje temos uma situação desigual entre produtores nacionais e os de fora. Vemos gente que vem ao Brasil vender coisas da China, são agentes que vêm do Caribe. E como fazem isso? Mandam a pessoas que comprem sem pagar nenhum imposto, a pretexto de que se trata apenas de uma camiseta, algo assim.

O que o fabricante nacional pode fazer?

No limite, entrar com uma ação em juízo, cobrando do Estado brasileiro alguma ação.

Hoje, o sr. defenderia a extinção dessa lei?

Sim. Ela não faria nenhum sentido, salvo em casos especiais, para quem não faz essa remessa de forma recorrente.

E quanto às isenções presentes no novo pacote do ajuste fiscal?

Tem sido dito que algumas delas serão revistas. Vamos a algumas ponderações. Rever a renúncia

fiscal é uma obrigação permanente. Devia ser sempre assim. Mas há restrições. Você busca as renúncias declaradas na Lei Orçamentária e vê que quase metade delas se refere à Zona Franca de Manaus, entidades filantrópicas e Simples.

Vou me explicar: quando uma isenção tem previsão constitucional, é chamada de imunidade.

Não pode ser tratada em lei.

O que está achando, de modo geral, do novo pacote, o tal arcabouço?

Acho que é um conjunto de subtetos com um monte de exceções, não vai dar certo. E por quê? Porque o que se quer criar, na verdade, é uma situação de equilíbrio fiscal. E ele pode ser alcançado mediante uma destas três medidas: reduzindo despesa, aumentando receita ou fazendo as duas coisas ao mesmo tempo. Mas no caso da despesa não consigo reduzir sem ter um diagnóstico sobre ela. O que é que faz a despesa federal ser grande? Quase todo o aumento de despesa decorre da Previdência e da assistência social. Foi tomada alguma medida para controlar esse crescimento?

Não. Então, vai estourar.

Simples assim. Lembro aqui, a propósito, o discurso de posse do Tancredo Neves, eleito presidente. "É proibido gastar", era o título. E a nova Constituição diz: "Temos de gastar".

É um problema cultural, só do Brasil?

É, sim, um problema cultural, mas associado à submissão que nós temos ao Estado. Veja, estive em março em minha terra, Pernambuco, e fiquei assustado com a pobreza que vi. Qual a inferência que fiz? Que os programas de transferência de renda são um fracasso, pois não se criam empregos. Um estudo recente apontou que, no Norte e no Nordeste, o total de beneficiários do Bolsa Família é maior do que o de empregados. Aqui se comemora a expansão do Bolsa Família. Ora, devia se comemorar é a sua redução, não aumento. Prefere-se a assistência, porque ela estabelece um conluio disfarçado entre o Estado, o governante e o eleitor.

O sr. acredita que vamos precisar de uma segunda reforma da Previdência?

Sou pouco otimista para isso, especialmente no quadro atual, onde não há empenho em tornar o Estado eficiente. Há uma preocupação em gastar. Um país com 38 ministérios? Isso é completamente disfuncional.

E para que 38? Para poder empregar..

Arruma-se emprego, e se mantém essa desgovernança do Estado brasileiro.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Momento demanda simplificação e transparência tributárias (Artigo)

**Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)**

As mudanças nos últimos meses na tributação dos combustíveis, e o debate de uma reforma no arcabouço fiscal proposto ao Legislativo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos posicionam em uma nova configuração para cobrança e recolhimento de ICMS, PIS e Cofins. É necessário termos um sistema tributário moderno, simplificado e definitivo, com alíquotas únicas e integradas entre União e Estados.

A simplificação tributária é uma das bandeiras defendidas pelo Instituto Combustível Legal (ICL) para mitigar práticas ilícitas de empresas não ortodoxas.

Essa iniciativa pode recuperar cerca de R\$ 14 bilhões por ano que, atualmente, são sonegados e inadimplidos pelos devedores contumazes, além de desmotivar a atuação de organizações criminosas para lavagem de dinheiro.

Este também é o momento para discutirmos e pacificarmos décadas de ações judiciais entre governos federal e estadual que geraram problemas na cadeia de tributação de combustíveis, promovendo guerra fiscal entre os Estados.

O Instituto Combustível Legal defende a simplificação tributária para o setor de combustíveis com o estabelecimento da monofasia, na qual o ICMS incidirá uma única vez, com alíquota fixa por produto em reais/litro, estabelecendo uma carga tributária uniforme em todos os Estados e no Distrito Federal.

A principal vantagem da modalidade do ICMS monofásico é que o imposto será cobrado uma única vez sobre o produtor ou importador, e não ao longo da cadeia, por meio da substituição tributária e atrelado ao preço final ao consumidor.

Esse formato garante previsibilidade para as empresas e o Estado, além de promover a redução da sonegação, garantindo um maior recolhimento de **tributos** sem precisar aumentar **impostos**. Isso se traduz em novos e melhores investimentos.

Além da **reforma tributária** é importante garantirmos uma punição adequada aos oportunistas de plantão

que ainda conseguem burlar o sistema.

Por isso, consideramos estratégica e oportuna a apresentação ao Senado do Projeto de Lei Complementar (PLP) 164/22, substituto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/17, do senador Jean Paul Prates (PT/RN), que estabelece normas para a caracterização e tipificação dos devedores contumazes.

Temos a expectativa de que a atuação deste governo trará boas perspectivas para encontrarmos caminhos para combater a ação desses sonegadores que movimentam bilhões de reais todos os anos, e ter um correto direcionamento desse capital em prol de uma sociedade que possa acessar educação, segurança e saúde com excelência neste momento e nas próximas gerações.

Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Relator da reforma tributária defende aprovar IVA único federal



Ribeiro: "Você não recebe sua parcela do FPM, a cota parte do ICMS? Chega ou não chega? Então porque desconfiar?"

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), defendeu nessa terça-feira a adoção de um modelo de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) único para União, Estados e municípios, e não dual. Esse imposto substituiria os atuais IPI, PIS e Cofins, que são federais, o ICMS estadual e o ISS, que é municipal.

"T tecnicamente, todo mundo defende o IVA único, que é mais fácil de operacionalizar", disse, em debate organizado pela Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e pelo Sindicato dos **Audidores** Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Sinafresp).

A proposta contraria a posição dos governadores, que desejam um IVA dual, com um imposto federal e outro estadual/municipal, com o discurso de que não podem perder a autonomia arrecadatória sobre seu principal imposto, o ICMS, para o governo federal.

Aguinaldo afirmou à imprensa que, por decisão política, o IVA pode ficar dual, mas que "fez uma provocação" aos representantes do Fisco presentes no debate por entender que o IVA único é o melhor modelo tecnicamente e mais aceito internacionalmente.

Ele defendeu, durante o debate, que é preciso "pensar nas futuras gerações" e que não faz sentido a

desconfiança entre os entes federativos.

"Não é coisa para um mandato.

Não é para este governador, para este prefeito, para este presidente da República. Precisamos pensar com olhar geracional", disse.

O ideal, ponderou, seria criar um comitê gestor único e um mecanismo de fazer o repasse automático do imposto para cada ente, livrando os auditores para outras atividades. "Perguntei para alguns prefeitos, você não recebe sua parcela do FPM, a cota parte do ICMS?

Chega ou não chega? Então por que desconfiar?", questionou.

Se a decisão for pelo IVA dual, o relator disse que não abre mão de que a legislação seja única para todos e a liberdade seja apenas para estabelecer as alíquotas. "Se não tiver legislação única, corremos o risco no futuro de ter cumulatividade", disse.

Aguinaldo afirmou ainda que apresentará o parecer do grupo de trabalho da Câmara sobre a **reforma tributária** no dia 16 de maio, mas que este documento não será o parecer que será levado ao plenário. O relatório fará as conclusões do grupo sobre as discussões e vai expor a posição majoritária dos integrantes sobre as propostas de emenda constitucionais (PECs).

A divulgação do relatório que será levado ao plenário só ocorrerá quando for marcada a data da votação, afirmou Aguinaldo.

Após tornar público o relatório do grupo, o relator disse que ainda fará rodadas de conversa com o governo e com as bancadas dos partidos para decidir sobre os temas mais polêmicos antes de levar o texto à votação.

Presidente do grupo de trabalho, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) falou em concluir a votação da reforma no plenário da Câmara em junho e enviar ao Senado para analisá-la no segundo semestre. Aguinaldo, por sua vez, preferiu não se comprometer com uma data e disse estar pronto para fazer a discussão quando a votação for marcada.

No mesmo debate, o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, buscou reforçar os argumentos a favor de um sistema de devolução de **impostos** ("cashback") para a população de baixa renda no lugar da desoneração dos produtos da cesta básica e afirmou que isso aumentará a demanda pela produção agropecuária e favorecer o setor Appy disse que os pequenos produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, "certamente terão tratamento diferenciado" por causa de seu tamanho, e que a questão do agro é, "de novo, a discussão sobre aplicar uma alíquota diferenciada para todo o setor", o que beneficia também os mais ricos, ou um sistema de "cashback" para baixa renda. Ele argumentou que o aumento de preços para a camada mais rica da população não causará efeitos na demanda por produtos, mas o repasse de dinheiro aumentará o poder aquisitivo dos mais pobres.

"Isso será positivo do ponto de vista da demanda", afirmou.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1)**

# Governo analógico e as lições da Shein - RAPHAEL DI CUNTO

## RAPHAEL DI CUNTO

A forma desastrosa com que o governo Lula (PT) anunciou a taxação das varejistas chinesas e depois recuou é atestado de um modelo político ainda analógico e que não soube lidar com as redes sociais. Mais do que lamentar o impacto na popularidade do governo e as consequências econômicas, os petistas precisam aprender as lições do "caso Shein" para não repeti-las na reforma tributária, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do 8 de janeiro, no marco fiscal e outras pautas que surgirão no Congresso.

A direita mostrou extrema eficiência para usar essas armas contra o governo. O caso das joias sauditas mal chegou à opinião pública, ocupada discutindo os preços da gasolina. Apoiadores radicais do ex-presidente foram os responsáveis por invadir e depredar as sedes dos três Poderes, mas a pressão das redes ajudou a coletar as assinaturas para a CPMI dos atos golpistas e construir a narrativa de que é o governo Lula quem tem algo a temer. As invasões do Movimento dos Sem Terra (MST) deram coesão ao agro na antipatia ao PT e resultarão em outra CPI ruim para o governo do partido.

O caso da Shein precisa ser estudado mais a fundo pelo governo para que não se repita.

Lula tinha ali um ótimo motivo para endurecer com as chinesas e arrecadar R\$ 6 bilhões por ano. Parte desses sites burla a fiscalização, sonega impostos e prejudica com concorrência desleal as empresas que geram empregos no Brasil. A moça de baixa renda paga barato por uma blusinha? Paga, mas corre o risco de não ter renda para comprá-la porque a varejista brasileira fechou a loja da sua cidade e nem ter remédio no posto de saúde para seus filhos porque o imposto não foi pago pela classe média que se aproveita da mesma brecha.

A linha de argumentação do Ministério da Fazenda estava correta, mas, a partir daí, faltou de tudo na comunicação - a começar por um pouco de noção. O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, menosprezou o impacto da medida e a anunciou numa entrevista exclusiva ao Uol publicada no meio da Páscoa.

Janja, num ato de voluntarismo, tomou a iniciativa de responder a um perfil simpatizante no Twitter para "explicar" que quem vai pagar o imposto "é a empresa e não o consumidor", virou meme e quebrou a narrativa do governo sobre combater a sonegação. O ministro Fernando Haddad fechou o caixão da ideia com uma fala elitista de que só conhecia a Amazon, onde comprava "um livro todo dia".

O governo tinha ao seu lado as grandes varejistas brasileiras, muitas em crise, fechando lojas e ameaçando demissões, além da indústria, mas não articulou com elas nenhuma resposta para defender a medida. Leu-se, aqui e acolá, mais por iniciativa da imprensa do que por reação coordenada, entrevistas com algum grande empresário a favor de frear a "concorrência desleal". Nenhuma campanha publicitária, site ou nem sequer um manifesto veio a público.

Parlamentares da mirrada base aliada não sabiam como responder aos protestos de eleitores nas redes. A direita, por outro lado, deu propulsão aos ataques, criou memes e fez chegar a grande parte da população que o governo do PT, "aquele do Estado grande e dos grandes desvios", quer taxar até a blusinha baratinha ou a unha postiça que vinha da China.

A popularidade já frágil de Lula caiu, com a Shein como grande responsável, e o jogo de empurra sobre a culpa correu forte nos corredores de Brasília.

A Secretaria de Comunicação reclamou que não foi avisada previamente, a Fazenda queixou-se da falta de reação oficial e o presidente decidiu enterrar a medida e trocá-la por um "aperto" na fiscalização.

Batalha perdida, esperava-se que o governo ajeitasse a casa para os próximos embates. No mesmo dia em que divulgou que desistiu de acabar com a brecha usada pelas varejistas chinesas, Lula falou besteira em reunião com governadores sobre os ataques às escolas e disse que "não tem game falando de amor", só game "ensinando a molecada a matar". A barulhenta e ativa comunidade gamer, tão importante na eleição, foi à loucura e está há uma semana atacando o petista com memes - e há aqueles que lembram, em contraste, que Bolsonaro diminuiu os impostos do setor.

Foi outro caso utilizado pela direita para desgastar o petista e até os influenciadores digitais simpáticos a Lula criticaram, mas não houve reação oficial, nem sequer para mostrar a contradição da direita, já que foram dois governadores bolsonaristas que primeiro citaram os games na reunião como culpados pelos ataques.

Não é preciso ser especialista em mídias digitais para ver que o governo do PT tem problema crítico de mobilização política pós-eleição. A taxação do e-commerce é impopular, mas havia espaço para construir uma narrativa que a tornasse palatável (ou a reforma da Previdência não causava protestos?). Se na campanha eleitoral havia influenciadores, celebridades e subcelebridades espontaneamente defendendo as pautas de Lula diariamente.

Hoje há falas isoladas, elogios a políticas públicas e cobranças e críticas a que todo governo está sujeito, mas o grosso da mobilização acabou e só quem vive da polarização política segue de fato ativo. Enquanto isso, as redes da direita continuam coesas nos ataques ao PT e o bolsonarismo mantém-se vivo mesmo com um Bolsonaro apagado.

"Desenhando pela milésima vez: o governo Lula tem uma enxurrada de notícias boas todos os dias. A falsa sensação de "crise", ou de mau momento, é porque estamos perdendo a NARRATIVA!", protestou na sexta-feira o deputado federal André Janones (Avante-MG) pelo Twitter, dias após voltar de viagem à China com Lula.

Janones cobra coordenação mais eficaz nas redes, mas o PT o escanteou após a eleição.

A falta de militância digital mais eficiente e coordenada trará consequências sérias.

Qual será a narrativa dos atos golpistas após a CPI do 8 de janeiro? Como ficarão o marco fiscal e a **reforma tributária**, com a imagem já consolidada de que o PT pretende ampliar a arrecadação de **impostos**? Não há dinheiro do Orçamento ou cargos suficientes para convencer um Congresso já arredio se a pressão dos eleitores nas redes for pela oposição a Lula e ao PT.

Bolsonarismo segue forte ao construir narrativas anti-PT

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1>**

# Aumento de ISS

Empresários e banqueiros começaram a pressionar o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), contra projeto de lei que prevê o aumento do ISS na capital de 2% para 5%. Eles afirmam que a proposta vai na contramão da reforma tributária, da melhoria do ambiente de crédito no país e da redução de custos.

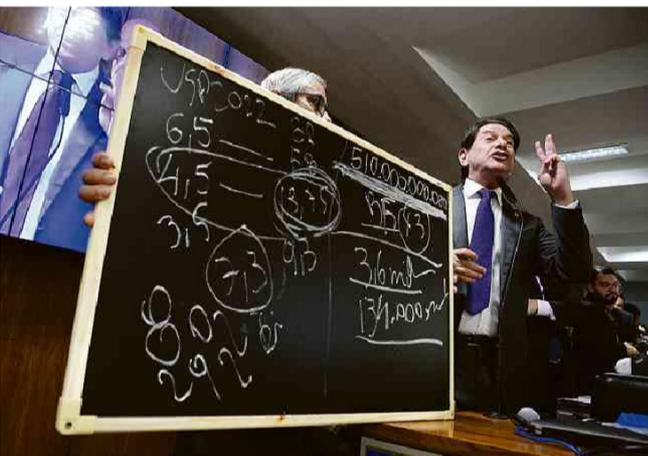
**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1)**

# Não há mágica para contas públicas, diz Campos Neto



O presidente do BC, Roberto Campos Neto, na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado. Lula Marques/Agência Brasil



O senador Cid Gomes (PDT-CE) usa lousa para questionar Campos Neto sobre os juros; 'pegue seu bonezinho e peça para sair', disse ao presidente do Banco Central. Pedro França/Agência Senado

**Nathalia Garcia**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça (25) que o crescimento sustentável do país, com controle da **inflação**, não depende de "mágica" nem de "bala de prata", mas de disciplina das contas públicas.

Em audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, Campos Neto usou o caso do Reino Unido como exemplo de seu argumento. Em outubro, a então primeira-ministra, Liz Truss, renunciou ao cargo após lançar um programa econômico de corte de **impostos** e aumento dos gastos públicos.

"Foi um problema que gerou uma reação de mercado imediata, que o Banco Central inglês teve que entrar para socorrer e que caiu o primeiro-ministro e o ministro da Economia em um espaço de uma semana", disse. "Não tem, ire felizmente, bala de

prata. É muito difícil hoje um país seguir o sistema de metas que a gente segue sem ter um regime de disciplina fiscal."

Na avaliação de Campos Neto, o Brasil precisa atrair investidores para crescer. Segundo ele, quanto menor risco o país tiver, mais dinheiro vai entrar e mais emprego s serão gerados.

A fala do presidente do BC sobre não haver bala de prata contrasta com declaração recente da ministra Simone Tebet (Planejamento). Em abril, na Câmara, ela disse que a **reforma tributária** é a verdadeira solução para que o Brasil volte a crescer e o arcabouço fiscal seria a "bala de bronze".

"[O arcabouço] Resolve um problema interno, um problema de finanças, um problema de credibilidade do governo, não gastar mais do que arrecada, não virar o ano de 2024 com déficit fiscal, garantir estabilidade da dívida em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto]] disse a ministra à época.

O presidente do BC foi convidado pelos parlamentares a comparecer no Congresso Nacional para dar explicações sobre a taxa básica de juros (Selic) -fixada desde agosto de 2022 em 13,75% ao ano.

O convite veio em reação às críticas diretas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de integrantes do governo ao nível elevado de juros no país em meio a um cenário de desaceleração da atividade econômica e aumento da inadimplência.

Durante a sessão, o senador Cid Gomes (PDT-CE) associou Campos Neto ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pediu a renúncia do presidente do BC, que tem mandato à frente da instituição até dezembro de 2024. "Pegue seu bonezinho e peça para sair", disse.

Aos parlamentares, Campos Neto afirmou que o combate à **inflação** é o melhor instrumento social que existe e negou que o Brasil esteja afundando em recessão.

O chefe do BC defendeu a importância da autonomia do BC, explicou a mecânica da tomada de decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) e a influência das expectativas de **inflação** sobre a calibragem da

taxa de juros.

"Nosso trabalho é fazer a **inflação** convergir para a meta com 0 mínimo de custo social", disse. "Não é verdade que o Brasil está afundando em recessão sem fim. A gente está tentando fazer um trabalho de trazer a **inflação** para a meta, porque a **inflação** é um elemento muito corrosivo para os rendimentos dos mais carentes, e a gente precisa fazer isso da forma mais suave possível."

Na audiência, Campos Neto disse ver o debate sobre os juros como "meritório" e negou que o BC seja culpado pelas mazelas do Brasil, argumentando que a autoridade monetária está "no mesmo barco que o governo", tentando achar soluções para os problemas do país.

O presidente do BC afirmou aos senadores que não consegue estimar quando o Copom dará início aos cortes da taxa básica por ter direito a apenas 1 de 9 votos do colegiado do BC, embora veja as condições caminhando na direção certa. Segundo ele, o processo de redução de juros é técnico e leva tempo.

"Se a gente fizer uma queda de juros artificial, o que vai acontecer é que você vai estar passando uma mensagem de que a remuneração não está apropriada para seu risco. Se a remuneração não está apropriada para o seu risco, as pessoas vão investir outro lugar. Então, a primeira coisa sentiria na moeda, o real iria se desvalorizar", disse.

O chefe da autoridade monetária citou como antiexemplo os casos da Argentina, que enfrenta uma **inflação** desenfreada, e da Turquia, que baixou os juros e hoje tem de lidar com o aumento da pobreza.

"O combate à **inflação** é o melhor instrumento social que existe hoje, há vários estudos que mostram isso", disse. "No caso da Argentina, a pobreza aumentou 53% e hoje alcança quase 40% da população."

Segundo ele, um dos fatores para os altos juros é o fato de o governo ter uma dívida bruta -que atingiu 73% do **PIB** em fevereiro- maior que a média internacional.

Sobre a proposta de arcabouço fiscal, Campos Neto voltou a dizer que foi um movimento na direção certa. No entanto, ressaltou que não há uma relação automática entre a apresentação da nova regra fiscal e o corte de juros.

"O que a gente precisa é que o canal de expectativas ou o canal de projeções, junto com esse canal de credibilidade, que ele atue de forma a propiciar a possibilidade de o BC eventualmente cair os juros."

Lula sugere a empresa que busque crédito na Espanha

Ivan Finotti

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse a empresários espanhóis nesta terça (25) que vai transformar um Brasil num canteiro de obras, O discurso aconteceu no Encontro Empresarial Espanha-Brasil, em Madri.

"Queremos atrair uma nova leva de investimentos espanhóis. Vamos transformar o Brasil em um canteiro de obras, trabalhando em portos aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias", afirmou Lula, acrescentando que há um projeto de infraestrutura a ser lançado em maio.

Também agradeceu aos empresários espanhóis que investem no Brasil, mas voltou a reclamar da Selic. "É impossível fazer investimento com uma taxa de juros de 13,75%. É impossível." E arrancou risadas da plateia ao dizer "eu espero que a Espanha coloque dinheiro para emprestar mais barato para a gente poder ter empresário que vem aqui buscar dinheiro emprestado."

Outras falas de Lula no evento foram a respeito da Guerra da Ucrânia, assunto no qual fez declarações mal recebidas pela comunidade internacional e depois se retratou.

"Uma guerra insana Guerra que eu compreendo perfeitamente bem como meus amigos europeus a veem. Não se pode aceitar que um país invada outro. Mas ninguém está falando em paz. Falei com Scholz, Macron, Biden. Jinping (líderes da Alemanha, França, EUA e China). O que pode evitar uma guerra mundial é encontrar um denominador comum que possa encontrar a paz e estamos empenhados."

Arcabouço fiscal terá mudanças, mas sem "retrocesso", afirma Lira

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira (25) que a proposta de novo arcabouço fiscal elaborada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passará por mudanças no Congresso Nacional, mas não haverá "retrocesso". "Esse Congresso não permitirá retrocessos. Estamos para ajudar nas pautas que acrescentarão para o país, com discussão justa e correta do arcabouço fiscal, que será feita pelo Congresso Nacional", disse Lira. "As modificações aparecerão."

Se não fosse assim seria um decreto presidencial. Sairá um texto justo para um país que urge e clama por investimento, diminuição das desigualdades. Nós

não iremos gastar mais do que arrecadamos, essa será a máxima que o partido defendeu e sempre defenderemos", completou.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&\\_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**

# Impostômetro atinge hoje a marca de R\$ 1 trilhão, sete dias antes do que em 2022

*Por O Globo - Rio*

O ano nem chegou à metade, e os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão de **impostos** este ano. O impostômetro, painel da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que marca em tempo real o volume de **tributos** recolhidos por União, estados e municípios, vai alcançar a marca ao meio dia desta quarta-feira.

Segundo a ACSP, neste ano, o patamar de R\$ 1 trilhão será registrado sete dias antes que em 2022. Isso mostra o maior apetite dos governos nos três níveis por **impostos**, o que em geral não retorna à sociedade na mesma proporção em serviços e investimentos públicos.

O painel contabiliza tudo o que é pago em **impostos**, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária, para os cofres federal, estaduais e municipais. E fica instalado na sede da ACSP, no centro histórico de São Paulo. É uma forma de chamar a atenção para o peso da alta carga tributária brasileira sobre os negócios. Para tentar reduzir o impacto negativo na economia, o governo federal promete encaminhar ao Congresso uma **reforma tributária** para ser votada neste ano.

-- A alta de **impostos** que tivemos aconteceu pelo aumento da **inflação**, que incide diretamente nos preços dos produtos e eleva a arrecadação -- explica Marcel Solimeo, economista da ACSP.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/impostometro-atinge-hoje-a-marca-de-r-1-trilhao-sete-dias-antes-do-que-em-2022.ghtml>**

# Governo se embanana na Câmara, que fala em mudar plano fiscal de Lula (Vinicius Torres Freire)

**Vinicius Torres Freire**

O governo levou uns safanões no Congresso. "Não é nem oposição, é confusão", diz um parlamentar centrista com meia dúzia de mandatos e lideranças nas costas. Diz que o governo é "indeciso", "demora para fazer acordo" e "não organizou ainda nem a casa dele".

"Precisa tomar cuidado, porque tem o arcabouço fiscal, que deve mudar um pouco, e muita CPI entrando. Mesmo sem oposição, estão se embananando", diz. Não é o único.

O governo se propôs a tarefa enorme de aprovar um plano fiscal (gasto e receita) de caráter inédito em 20 anos e uma **reforma tributária**. Para que seu "arcabouço fiscal" funcione, precisa de um aumento de receita (em relação ao **PIB**, ao tamanho da economia) raro, maior do que as altas de arrecadação dos anos muito excepcionais de 2010-11 e 2021. Mas, desta vez, terá de aumentar imposto. É difícil.

Um senador governista acha que há "centralização excessiva na Casa Civil, que não despacha rápido". O senador diz que Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, "é um trator, para o bem ou para o mal. Faz acordo, mas quer saber logo do acordo e controlar essa pauta [de votações], quer saber quem põe em qual lugar para controlar, em CPI ou relatoria".

Um exemplo. Lula modificou, por decreto, parte das leis conhecidas como "marco do saneamento", que em resumo facilitam a privatização desses serviços. Os decretos corrigiam alguns problemas e, no pacote, facilitavam uma sobrevivência precária do Estado no setor de água e esgoto.

Lideranças relevantes do Congresso não gostaram. O "marco" foi objeto de longa discussão parlamentar, ainda é uma lei fresca e foi um momento importante do acordo liberal de 2016-2022, além de ter incentivado planos de investimento. Lira disse que não quer "retrocessos" nesse e em outros marcos liberais do período.

Nesta terça-feira, Lira facilitou a votação que pode

derrubar decretos do governo. O que mais agastou a turma foi o fato de que o governo "não conversa direito" e "é lerdado para mostrar decisão, quem manda", diz o deputado. E daí?

É quase maio e ainda não houve votação relevante. Além da CPI dos Atos Golpistas, mais três vão entrar em funcionamento: a das Americanas, a das apostas esportivas e a do MST, que pode chamuscar o governo.

A impressão que fica, em conversa com conhecedores das manhas parlamentares, é que lideranças do Congresso ainda não entenderam ou não viram as regras do jogo do governo e não têm acordos claros (recursos em ministérios, além de acertos sobre comandos de posições no Congresso).

Os comandantes da Câmara querem votar o arcabouço fiscal em maio. A ideia, parece, não é promover mudanças grandes. Mas fez efeito nessa turma o protesto "liberal" contra a falta de um modo qualquer de obrigar o governo a fazer superávits primários.

Críticas à nova regra fiscal se aprofundam. Os economistas Marcos Lisboa, Marcos Mendes, Marília Taveira, Cristiano de Souza e Rogério Nagamine Costanzi publicaram estudo detalhado sobre as perspectivas do plano. Lisboa e Mendes são críticos duros de governos petistas, decerto. Projeções sobre **PIB**, receita, **inflação**, despesa etc. têm algo de arbitrário e futurista, ok.

Mas as projeções do estudo são razoáveis e as contas são fortes. É muito difícil ter superávit com despesas obrigatórias crescendo (Previdência com reajuste real do salário mínimo, reajuste de servidores, vinculação de despesa com saúde e educação à receita etc.), o que de resto provoca um achatamento de outros gastos importantes. A conta não fecha, mesmo com aumentos históricos de receita. Será preciso desvincular e limitar o aumento da despesa real.

O Congresso é dado a gastos, claro, e não vai ouvir Lisboa, Mendes etc. Mas está disposto a endurecer um tico o plano Lula-Haddad. Dada a presente

desarticulação do governo, de resto quase minoritário na Câmara, pode acontecer.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2023/04/governo-se-embanana-na-camara-que-fala-em-mudar-plano-fiscal-de-lula.shtml>**

# Com IVA, calculamos que haveria aumento de 23% da cesta básica, diz diretor da CNA

**São Paulo, 25**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima que se o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), discutido no escopo da **reforma tributária**, for aprovado haverá uma alta de 23% no custo da cesta básica - hoje desonerada. O que geraria aumento de 1,8 ponto porcentual na **inflação** em 18 meses, disse o diretor técnico da CNA, Bruno Lucchi, ao apresentar os dados durante o Broadcast Live, realizado nesta terça-feira, 25.

Na avaliação de Lucchi, o aumento da carga tributária sobre alimentos levaria à queda no consumo de alguns produtos. Toda vez que tem crise no Brasil, vemos que cai o consumo de derivados de lácteos, de determinados tipos de carnes e de frutas, quando diminui o poder aquisitivo da classe C. Se aumento ainda mais o valor desses alimentos, certamente haverá redução de consumo de alguns produtos do dia a dia, justificou.

De certa forma, isso vai afetar o produtor, porque, se cai o consumo, cai o valor recebido pelo produtor rural. O agro internaliza maior parte da produção do que exporta. Se diminui o poder de compra da população porque o produto estará mais caro por imposto, certamente prejudicaremos a produção brasileira, concluiu.

**Benesses**

O diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) disse que a entidade não quer benesses para o setor de alimentos na **reforma tributária**, mas que ele seja tratado como prioritário. Já que vamos mudar o nosso sistema, queremos o tratamento que se dá no mundo ao setor de alimentos, para que ele não tenha seu custo elevado. Na CNA, junto com o Instituto Pensar Agro, há um consenso dentro das entidades do setor para que tenhamos um tratamento diferenciado, assim como existe nos países que já adotam o IVA, disse Lucchi.

Ele citou estudo feito pela entidade, segundo o qual dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - 38 atualmente - somente quatro não possuem tratamento diferenciado para a agropecuária.

Esse tratamento existe justamente porque é um setor estratégico, para não onerar o custo de alimentos. Não queremos buscar confronto com a indústria ou outros setores da economia brasileira, mas nos mantermos competitivos no mundo, afirmou.

Se o agro não se mantiver competitivo, é capaz de o Brasil ter de importar alimentos, porque (o importado) pode ficar mais barato do que o produto doméstico, alertou.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/04/25/com-iva-calculamos-que-haveria-aumento-de-23-da-cesta-basica-diz-diretor-da-cna.htm>

# Empresários espanhóis cobram reforma tributária no Brasil

**Vicente Nunes - Correspondente**

Madri - Empresários espanhóis reunidos nesta terça-feira (25/4) em um evento promovido pelo governo brasileiro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceram as potencialidades econômicas do Brasil, mas defenderam ser importante avançar em pontos estratégicos, como a **reforma tributária**, para tornar o ambiente de negócios mais amistoso. A perspectiva é de que o Congresso Nacional aprove ainda neste ano um sistema menos complexo e mais justo.

"A **reforma tributária** é muito importante", disse o CEO da Iberdrola Espanha, Mario Ruiz-Tagle. "A reforma é fundamental para as empresas", endossou Eduardo Navarro, diretor de Estratégia e Assuntos Corporativos da Telefônica.

Para tentar convencer os donos do dinheiro - os espanhóis são o segundo grupo que mais investe no Brasil, com estoque de US\$ 63 bilhões -, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, assegurou que o governo está empenhado não só em levar a **reforma tributária** adiante, como aprovar, o mais rapidamente possível, o novo arcabouço fiscal, um reforço, segundo ele, à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que deu um freio na gastança sem controle do dinheiro público. "Teremos boas notícias nessas áreas", afirmou o secretário.

Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), Jorge Viana assinalou que um país como o Brasil não pode impor tantas dificuldades para se abrir ou fechar uma empresa e para se pagar **impostos**. Ela acredita que as condições atuais são muito favoráveis para a aprovação da **reforma tributária** tanto na Câmara quanto no Senado, pois há um consenso entre setor produtivo, governo e entes federados. "Não dá para seguir da forma como está. Todos estão perdendo. Se a reforma for feita, todos vão perder menos e, no médio e longo prazo, certamente, todos ganharão", assinalou. "Sem uma **reforma tributária**, o Brasil não avança. Nós estamos vivendo crises que são impositivas para que os países se preparem para enfrentá-las."

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5089870-empresarios-espanhois-cobram-reforma-tributaria-no-brasil.html>

# Todos os setores ganham com reforma sob ponto de vista conservador da alta do PIB, diz Appy

*São Paulo*

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse nesta terça-feira, 25, que quando se incorpora às projeções de crescimento a **reforma tributária**, mesmo com as expectativas mais conservadoras, em 20 anos todos os Estados sairão ganhando e cerca de 95% dos municípios serão beneficiados.

Sobre o ponto de vista mais conservador do crescimento do **PIB**, de acordo com o Appy, todos os setores sairão ganhando.

Todos os setores ganham com a reforma mesmo sob o ponto de vista mais conservador do crescimento do **PIB**, disse Appy durante participação no evento **Reforma Tributária: Simples e Necessária**, que a Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de SP) promovem em Brasília.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/04/25/todos-os-setores-ganham-com-reforma-sob-ponto-de-vista-conservador-da-alta-do-pib-diz-appy.htm>

# Reunião de líderes vai indicar relatorias e presidências de CPIs na Câmara

**Raphael Felice**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou a jornalistas enquanto saía da Câmara dos Deputados que uma reunião de líderes nesta terça-feira (25/4) vai definir para quais partidos vão as relatorias e presidências de três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na Casa Baixa.

Ao todo existem quatro CPIs na Câmara com assinaturas suficientes para leitura em Plenário e instalação: A CPI do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a CPI das Apostas Esportivas, a CPI das Lojas Americanas e a CPI das Pirâmides Financeiras. Segundo interlocutores, apenas as três primeiras serão decididas na reunião de hoje.

A tendência é que o 'superbloco' comandado pelo PP, de Arthur Lira, e União Brasil escolha se quer ocupar presidência ou relatoria das três comissões. A escolha remanescente dessas CPIs ficará a cargo do bloco de MDB e PSD. Caso exista algum acordo entre as bancadas, o indicado para presidente ou relator de uma das três CPIs pode ser algum deputado de outro bloco partidário.

Como faz parte do Progressistas (PP) e foi um dos autores do requerimento, o deputado Pedro Lupion (PR) é cotado nos bastidores como o favorito para assumir a relatoria da CPI que vai investigar a atuação do MST e eventuais financiadores.

A CPI dos sites de apostas é inspirada em uma investigação do Ministério Público de Goiás (MPGO), realizada em 14 de fevereiro, que apura possível manipulação de resultados de jogos da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022. O autor do requerimento é o deputado federal Felipe Carreras (PSB-PE), atual líder do bloco de Lira. A CPI das Americanas é de autoria do líder do PP, André Fufuca (MA).

Com a preferência na indicação das comissões por conta da proporcionalidade, a estratégia de Lira de construir o maior bloco da Câmara dos Deputados se mostra como acertada. O presidente da Casa já conseguiu indicar relatores de seu partido para projetos importantes, como o novo arcabouço, que ficará com Claudio Cajado (PP-GO), e da **reforma**

**tributária**, a cargo de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/04/5089786-reuniao-de-lideres-vai-indicar-relatorias-e-presidencias-de-cpis-na-camara.html>

# Modelo de cashback é mais eficiente que modelo que prevê redução de alíquotas, diz Appy

**São Paulo**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse nesta terça-feira, 25, que o cashback tributário ainda não está completamente definido, mas defendeu que o instrumento é mais eficiente que o modelo que prevê redução de alíquotas de **impostos**.

O cashback prevê a devolução às pessoas mais pobres de parte dos **tributos** incidentes sobre itens essenciais. A fala de Appy se deu durante sua participação no evento **Reforma Tributária: Simples e Necessária**, que a Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de SP) promovem em Brasília nesta terça-feira, 25.

Na segunda-feira, durante evento sobre tributação e redução da desigualdade na sede da Abimaq em que Appy também esteve presente, em São Paulo, a líder do Movimento Pra Ser Justo, Melina Rocha, citou estudos que mostram que, se a **reforma tributária** fosse aprovada hoje com uma alíquota única de imposto e sem qualquer estímulo especial a setores específicos, 90% das famílias brasileiras de baixa renda seriam favorecidas e que se o cashback for aprovado 72 milhões de pessoas seriam beneficiadas, sendo 72% dos negros e 52% das mulheres.

Appy, durante o evento desta terça, voltou a afirmar que a **reforma tributária** manterá o Simples Nacional e que, ao longo do curso, as empresas quiserem, poderão optar pelo recolhimento normal de seus **impostos**.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/04/25/modelo-de-cashback-e-mais-eficiente-que-modelo-que-preve-reducao-de-aliquotas-diz-appy.htm>

# Appy volta a criticar grau de litígio tributário e falta de transparência fiscal no Brasil

**São Paulo**

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, voltou nesta terça-feira, 25, a criticar o elevado grau de litígio tributário e a falta de transparência fiscal no Brasil. De acordo com ele, o elevado volume de disputas tributárias junto à Justiça se deve muito ao emaranhado de leis e regras tributárias.

Às vezes eu digo, e acho que não exagero, que no Brasil só tem exceções, não tem regras. Cada estabelecimento de cada empresa de cada Estado tem uma regra tributária diferente. É um absurdo a complexidade do nosso sistema, que traz custos burocráticos para pagar **impostos** e (também) litígios, disse o secretário ao participar nesta manhã de terça-feira do evento **Reforma Tributária: Simples e necessária**, que a Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de SP) promovem em Brasília.

De acordo com Appy, quando se conversa com qualquer empresa industrial brasileira de certo porte, ela tem no mínimo 60 pessoas, sendo que em alguns casos até 200 pessoas, só para cuidar de burocracia tributária. Empresas de porte semelhante em outros países têm cinco pessoas fazendo o mesmo trabalho, observou.

Ainda de acordo com Appy, a complexidade tributária no Brasil é tamanha que numa conversa com um amigo advogado ficou sabendo que em seu escritório tem 400 advogados e que 100 estão na área tributária. Nos EUA, teria dito o mesmo advogado, um escritório do mesmo porte, com 400 profissionais, apenas dois atuam na área tributária. Appy voltou a dizer que o litígio tem custo para as empresas, para o Poder Público e para o Judiciário.

O secretário também voltou a bater na tecla da falta de transparência fiscal no Brasil, o que na avaliação dele é prejudicial. Segundo Appy, como o sistema tributário só tem exceção, o consumidor não sabe, de fato, que tributo foi pago ao longo da cadeia produtiva do produto que acabou de comprar.

E a falta de transparência reduz a cidadania fiscal, reafirmou Appy acrescentando que as pessoas não

sabem quanto pagam de **impostos** no Brasil.

Todas estas distorções, de acordo com o secretário, serão corrigidas com a **reforma tributária**. Uma dessas distorções será corrigida com a mudança da tributação na origem para a tributação no destino. O imposto passará a ficar onde está o consumidor, disse.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/04/25/appy-volta-a-criticar-grau-de-litigio-tributario-e-falta-de-transparencia-fiscal-no-brasil.htm>

# Arcabouço fiscal passará por mudanças, mas sem 'retrocesso', diz Lira

**César Feitoza**

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira (25) que a proposta de novo arcabouço fiscal elaborada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passará por mudanças no Congresso Nacional, mas não haverá "retrocesso".

"Esse Congresso não permitirá retrocessos. Estamos para ajudar nas pautas que acrescentarão para o país, com discussão justa e correta do arcabouço fiscal, que será feita pelo Congresso Nacional", disse Lira.

"As modificações aparecerão. Se não fosse assim seria um decreto presidencial. Sairá um texto justo para um país que urge e clama por investimento, diminuição das desigualdades. Nós não iremos gastar mais do que arrecadamos, essa será a máxima que o partido defendeu e sempre defenderemos", completou.

O relator do arcabouço fiscal, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), endossou o discurso de Lira e destacou que há "muitas pessoas capacitadas" na Câmara dos Deputados para travar discussão sobre mudanças para alterar o projeto elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"O que for bom para o país, nós votaremos [favoravelmente] sempre. E o que não for, faremos alterações, modificações, aperfeiçoamentos. Nenhum projeto passa pela Câmara sem modificação", destacou.

Cajado ainda disse que seu objetivo na relatoria da proposta será garantir o equilíbrio das contas públicas para que o ajuste da política fiscal altere a política monetária do Banco Central e reduza a taxa de juros. "É a consequência que todos almejamos", afirmou.

As declarações foram dadas durante a Convenção Nacional do Progressistas, na qual o senador Ciro Nogueira (PI) foi reeleito presidente do partido.

Durante o evento, parlamentares do PP alternaram discursos de oposição e independência ao governo Lula. Ciro defendeu o "legado" do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do qual fez parte como ministro da Casa Civil, e disse que o partido não influenciará nos relatórios sobre o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** -ambas sob responsabilidade de deputados

do partido.

"Ao Cláudio Cajado, quero dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma conquista de todos os brasileiros e não vamos admitir retrocessos. Temos que pensar um país que tenha responsabilidade fiscal, senão a população mais pobre é quem vai sofrer, como aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT)", argumentou o ex-aliado da petista.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/arcabouco-fiscal-passara-por-mudancas-mas-sem-retrocesso-diz-lira.shtml>

# Em recado ao governo, Tarcísio diz confiar no Congresso para manutenção das reformas

*São Paulo*

*/  
por*

*Agência Estado*

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse nesta segunda-feira (24) confiar "nos grandes homens públicos", em referência aos parlamentares, para manutenção das reformas aprovadas nos últimos anos no Congresso Nacional. Ele citou, como exemplo, a reforma trabalhista, o Marco do Saneamento, o Marco da Cabotagem e a Lei das Estatais.

"Confiamos nesses grandes homens públicos para manutenção dessas reformas que são importantes", disse Tarcísio, ao afirmar que as reformas são fundamentais na garantia do capital privado no País. Ele participou nesta noite da convenção nacional do partido Republicanos.

A declaração foi feita no momento em que o governo federal propõe mudanças em reformas aprovadas nas gestões anteriores, como o Marco do Saneamento e a Lei das Estatais. A reforma trabalhista, aprovada durante o governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), também enfrenta críticas por parte do **PT**, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e governistas.

Tarcísio voltou a destacar que São Paulo, Estado que por anos resistiu à **reforma tributária**, apoiará a aprovação da matéria. O governador disse não **temer** a mudança da cobrança de **impostos** no destino, ou seja, no local onde a mercadoria é consumida, e não produzida como é hoje. A longo prazo, segundo ele, SP terá ganhos com a medida.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

**Site:** <http://noticias.r7.com/sao-paulo/em-recado-ao-governo-tarcisio-diz-confiar-no-congresso-para-manutencao-das-reformas-25042023>

# Aprovação do STJ de proposta que mexe em benefícios das empresas é difícil, segundo especialistas

*Por Marcelo Osakabe - De São Paulo*

Medida de maior impacto fiscal entre os anúncios feitos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a restrição à dedução de benefícios do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é considerada de difícil aprovação, segundo economistas e advogados.

Na análise da XP Investimentos, a decisão afetaria de forma muito significativa alguns setores da economia, em especial empresas varejistas, que já enfrentam um cenário econômico desafiador.

"Uma medida dessa agora teria um efeito econômico muito negativo, talvez superior ao benefício que o governo teria na arrecadação", afirma o economista Tiago Sbardelotto, da XP. "Vemos essa possibilidade como baixa no curto prazo. Talvez mais adiante e se houver algum escalonamento, já que esse impacto não poderia ocorrer de uma hora para outra."

Para ele, o governo espera que o STJ restrinja o benefício apenas para o crédito presumido do ICMS, liberando os demais benefícios para inclusão na base tributável. "Do nosso ponto de vista, não faria sentido manter apenas para crédito presumido. Ou considera que tudo é subvenção, ou volta atrás."

Para Thais Veiga Shingai, sócia da Mannrich e Vasconcelos Advogados, uma decisão favorável ao governo contrariaria um entendimento dado pelo próprio STJ em 2017, quando a corte entendeu que a incidência de **tributos** federais sobre incentivos de ICMS concedidos por Estados feria o pacto federativo. "Essa possibilidade gera alguma preocupação, já que as decisões passadas foram tomadas para encerrar um contencioso."

Ela também diz ter dúvidas sobre o impacto na arrecadação. Isso porque, mesmo que o STJ deixe claro o que é subvenção de investimento e de custeio, ainda restarão divergências de entendimento entre empresas e Receita.

"É uma questão interpretativa. A fiscalização pode ter que provar que as empresas estão, de fato, interpretando erroneamente a subvenção que recebem", diz. "É uma situação semelhante ao que temos visto no tema dos insumos para creditamento de PIS/Cofins. O STJ deu o norte, o conceito, mas ainda é preciso olhar cada caso concreto para saber se ele cumpre os requisitos necessários."

Para Eduardo Fleury, sócio e diretor da área tributária da FCR Law, mesmo em caso de decisão favorável ao governo, a disputa pode não terminar ali. "Em tese, decisões de tema repetitivo, assim como os de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal [STF], são definitivas. Obviamente, no entanto, sempre existe a chance de se encontrar algum questionamento de ordem constitucional. O Supremo já reconheceu que este não é tema para ele, mas também decidiu julgar matérias como contribuições previdenciárias sobre salários."

Assim como o governo, a XP também estima o impacto da retirada de benefícios do ICMS da base do IRPJ e da CSLL em algo entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões. Outras propostas ventiladas têm maior chance de aprovação, mas também impacto fiscal menor, diz Sbardelotto.

Em suas contas, a tributação de sites de apostas resultaria em algo como R\$ 12 bilhões. Já o fim do Juros sobre Capital Próprio (JCP), medida que constava na proposta de **reforma tributária** do ex-ministro Paulo Guedes, pode render em torno de R\$ 10 bilhões em arrecadação.

"Em nossa avaliação, tributar as apostas on-line é uma medida promissora. Teria menos resistência na sociedade e no Congresso", diz. "Sobre JCP, não vemos mais justificativa econômica para manter o benefício. Também teria aceitação do Congresso, que já discutiu a matéria."

Para Fleury, que é consultor do Banco Mundial, o impacto fiscal do fim do JCP pode ser menor que o esperado pelo governo. "No curto prazo, pode haver benefício. Mas no médio prazo, sem que se limite a dedução de juros dentro da empresa, a mudança gera

incentivo, por exemplo, para que os sócios reduzam o capital na empresa, constituam um fundo e comprem debêntures da mesma. O lucro [tributável] acaba reduzido da mesma forma."

Já a proposta de identificar os beneficiários de renúncias fiscais, como pretende Haddad, segue gerando dúvidas quanto ao seu alcance. A intenção de abrir a "caixa preta" foi anunciada em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo". Há dúvidas, porém, se ela pode ferir o sigilo fiscal dos envolvidos.

Para o tributarista da FCR Law, a medida é amparada pela Lei Complementar 187, aprovada em 2021. "Acho uma questão justa, de transparência. O importante é que isso não se torne uma caça às bruxas. Até porque esses benefícios foram aprovados pelo Congresso e por várias gestões no Executivo, inclusive do PT."

Thaís, por sua vez, entende que a divulgação teria que se restringir ao CNPJ das empresas. "Divulgar o quanto cada uma recebe de subvenção é uma informação sensível, poderia ferir o sigilo fiscal".

**Site:**

**<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/25/aprovacao-do-stj-de-proposta-que-mexe-em-beneficios-das-empresas-e-dificil-segundo-especialistas.ghtml>**

# No caminho do fim dos subsídios

Por **Miriam Leitão**

O ministro Fernando Haddad promete revelar para onde vai e com quem fica o dinheiro dos **impostos** não pagos através das deduções ou isenções fiscais. Usou até uma expressão de fácil compreensão. Disse que vai "abrir a caixa preta das renúncias fiscais". De fato, há uma montanha de dinheiro que não chega aos cofres públicos, porém, ou o ministro detalha o que pretende fazer ou sua proposta vai ser tão real quanto um pote de dinheiro ao fim do arco-íris.

O ministro falou na entrevista ao "Estado de S.Paulo" em R\$ 600 bilhões que deixam de ser pagos pelos mais variados motivos e em diversos programas. A proposta de Orçamento para 2023, enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso, registrou R\$ 456 bilhões ou 4,29% do **PIB**.

A caça ao Tesouro só tem etapas difíceis. Interesses setoriais, regionais, corporativos e pessoais serão contrariados e, como sempre, vão se organizar em lobbies para defender sua vantagem. Na greve dos caminhoneiros, em 2018, o governo **Temer** propôs reduzir um benefício do setor de refrigerantes na Zona Franca de Manaus para cobrir o subsídio ao diesel. O argumento era que as empresas não pagavam **impostos** e se creditavam como se pagassem. Era apenas cortar os créditos indevidos. O executivo perdeu no Congresso.

Ontem o ministro Haddad foi ao STJ falar com o ministro Benedito Gonçalves, relator do processo da exclusão dos benefícios do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Explico: a empresa tem um benefício no estado e quer ter a mesma redução no imposto federal. Haddad tem razão de tentar mudar isso. A questão é que o ministro já conta com a receita de algo que está na Justiça e que, se o resultado for favorável ao governo, ainda pode haver recursos, embargos, e tudo o mais dos processos judiciais. Segundo Haddad, o valor é do tamanho de um "MEC inteiro" e equivalente a um "Bolsa Família". Segundo ele, isso mudaria "completamente o horizonte fiscal do país".

Para mudar o horizonte fiscal do país é preciso uma série de medidas que juntas reduzam o impacto das renúncias. Mas o que mais o governo vai propor e a que tempo? Haddad disse que não mudará o Simples e visto de longe é realmente estranho aumentar a taxa de pequenas e micro empresas. O problema é que o valor do faturamento para se enquadrar no

Simples aumentou tanto que isenção ficou alta demais.

O secretário Bernard Appy disse que a **reforma tributária** fará mudanças pequenas na Zona Franca de Manaus. Esse é um vespeiro que ninguém tem coragem de mexer e que tem lobby fortíssimo. É uma das maiores renúncias fiscais do país, então para aumentar a eficiência do país e melhorar a arrecadação deveria sim mudar mais do que um pouco.

Quando o ministro Haddad fala que as finanças públicas estão sendo "corroídas por uma série de dispositivos anômalos e completamente ilegítimos" é a mais pura verdade. No entanto, para deixar de ser apenas algo retórico e habitar o mundo das coisas concretas, o ministro precisa apresentar o que pretende realmente fazer. Por que as isenções, deduções, benefícios tributários, jabutis, vantagens e privilégios formaram ao longo dos anos e décadas um volume realmente expressivo. Cresceram mais ainda nos governos do PT. E são muito difíceis de serem eliminados por mais ilógicos que sejam os benefícios. Por que subsidiar o carvão, por exemplo, em plena era da mudança climática e da transição energética? Não faz sentido. Só que entra ano e sai ano permanece no orçamento esse subsídio.

O ministro precisa ver o que levou outros governos a serem derrotados. O governo **Temer** tentou taxar os fundos exclusivos. E claro que eles precisam pagar **impostos**. Mas perdeu. A ideia de acabar com os Juros sobre Capital Próprio também foi tentada e ficou pelo caminho. Haddad, ontem, explicou que é um truque pelo qual empresas rentáveis não declaram lucro, e o transformam artificialmente em JCP. "Então não pagam nem como pessoa jurídica, nem como pessoa física".

O ministro está coberto de razão quando vai por esse caminho, e tomara que tenha sucesso. Contudo, será preciso escolher os benefícios a eliminar ou distorções a corrigir, explicar bastante porque são assuntos áridos, e persistir quando a onda contrária vier. Pois ela vem. Cada subsídio, cada aproveitamento de brecha de elisão tributária, tem muitos defensores. No caminho do fim dos subsídios têm muitas pedras.

(Com Ana Carolina Diniz)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/04/no-caminho-do-fim-dos->

*subsídios.ghtml*

# Haddad mira caixa preta de isenções fiscais para recuperar R\$ 150 bi

**Rosana Hessel**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender o combate às renúncias fiscais e aos ralos que se abriram para drenar os recursos públicos, a fim de arrecadar os cerca de R\$ 150 bilhões necessários para conseguir deixar em pé o novo arcabouço fiscal - o conjunto de regras encaminhado ao Congresso para evitar o aumento descontrolado da dívida pública.

O chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu abrir a caixa preta das renúncias e incentivos fiscais, dando maior transparência sobre quem são os maiores beneficiários das isenções. Ele reforçou que meia dúzia fazem lobbies ilegítimos no Congresso e no Judiciário e provocam perdas de cerca de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos. Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar, disse, ontem, a jornalistas.

O ministro tem defendido essas medidas para fazer frente à fatura crescente de juros da dívida pública, em torno de R\$ 700 bilhões por ano. Na semana passada, Lula mandou a equipe recuar na proposta de taxaçaõ das compras internacionais on-line de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Haddad, contudo, tem sinalizado que mantém estudos para uma nova forma de tributar as gigantes internacionais do e-commerce e, para isso, cogita a criação de uma digital tax.

O imposto já existe, mas será recolhido na fonte, antes do envio da mercadoria. É importante salientar que não haverá criação ou majoração de tributo, somente a viabilização do recolhimento eletrônico facilitado. A medida está em elaboração e será detalhada em breve, informou a assessoria da Fazenda. O objetivo principal, segundo o órgão, é garantir a concorrência justa para que o consumidor seja beneficiado no curto, médio e longo prazos.

Haddad ressaltou que o valor das renúncias é maior que o do orçamento secreto, mecanismo instaurado pelo Congresso na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para garantir o apoio dos parlamentares e que, de acordo com ele, movimentou cerca de R\$ 53 bilhões ao longo de três anos. O ministro cobrou apoio de economistas que defendem a

redução das renúncias, mas criticam o novo arcabouço fiscal.

Analistas, contudo, apontam problemas na proposta enviada ao Legislativo - especialmente o fim de punições como o contingenciamento de despesas caso haja risco de descumprimento das metas orçamentárias. Além disso, especialistas criticam o fato de o governo buscar ajustar as contas por meio de aumento de receitas, em vez de revisar gastos. Vale lembrar que o órgão encarregado de fazer avaliações das despesas, a recém-criada Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento, ainda não está totalmente estruturada.

## Imposto de Renda

O chefe da Fazenda afirmou que as maiores renúncias tributárias ocorrem no âmbito do Imposto de Renda (IR). Ele adiantou que vai mudar a tributação diferenciada para fundos exclusivos, mas disse que não pretende mexer no Simples Nacional nem retomar a cobrança sobre a folha de pagamentos de empresas. Além da **reforma tributária** sobre o consumo, que tramita no Congresso, ele ressaltou que o governo pretende realizar, neste ano, uma reformulação do IR.

Apesar de elogiar alguns pontos do novo arcabouço fiscal, Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor da GO Associados, mostrou preocupação com o recuo do governo na taxaçaõ das compras pelo e-commerce. A proposta era impopular, mas o governo desistiu muito rápido por conta da repercussão negativa da medida. Isso pegou muito mal no mercado e aumentou a desconfiança sobre a capacidade de a nova gestão conseguir adotar medidas para aumentar a carga tributária, que já é bastante elevada em um sistema caótico, alertou.

Viana lembrou que o nível de gastos subiu significativamente no final do ano passado, com a aprovação da PEC da Transição, em grande medida, para suportar a expansão do valor e da cobertura do novo Bolsa Família. Portanto, observou, será difícil para o governo conseguir fechar as contas. O ideal, segundo ele, seria uma combinação mais equilibrada do ajuste, contemplando tanto o lado da receita quanto da despesa, ainda que com maior peso para as

receitas .

Para o advogado tributarista Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia, combater a sonegação, como vem defendendo Haddad, é papel do Estado, que precisa utilizar melhor os recursos tecnológicos que possui para isso. Ele criticou o fato de o governo tentar se adequar ao novo arcabouço via aumento de receita em vez de começar logo a revisar os gastos ineficazes e o desperdício de dinheiro da União. O governo tem evitado atacar o problema das despesas, entre elas o tamanho do Estado, que tem uma ineficiência que poderia ser solucionada com uma boa reforma administrativa, que não sai. É preciso investir mais tempo nisso, porque o grande remédio é diminuir o gasto público , afirmou.

Em entrevista a jornalistas, Haddad reconheceu que está difícil para o governo conseguir fechar as contas em 2024, quando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado ao Congresso no último dia 14, prevê uma meta fiscal zerada, com margem de R\$ 28,8 bilhões de déficit ou superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública). Eu estou menos preocupado com este ano do que com o ano que vem, evidentemente. Porque, a partir de 2024, voltaremos a ter um regime fiscal mais rígido do que esse carnaval que foi feito no meio do ano passado , disse.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5089712-haddad-mira-caixa-preta-de-isencoes-fiscais-para-recuperar-rs-150-bi.html>**

# Risco de impacto negativo bilionário

**Por Maílson da Nóbrega**

O Superior Tribunal de Justiça ( STJ ) julgará amanhã um tema que poderá ter impacto negativo bilionário para empresas de diversos setores e para a economia brasileira. O julgamento determinará, em caráter definitivo, se todas as modalidades de benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados não devem estar sujeitas à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dois **tributos** federais.

Anteriormente, a 1ª Seção do STJ definiu que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre o valor de benefícios fiscais que os estados concedem aos contribuintes na forma de crédito presumido, sob o argumento que essa cobrança representaria uma violação ao pacto federativo - de um lado, o estado estaria abrindo mão de receitas para fomentar determinados comportamentos dos contribuintes e, de outro, a União tributando parte dessa renúncia fiscal e reduzindo o alcance da política tributária do estado. Agora, o STJ analisará se esse mesmo raciocínio vale para outros benefícios fiscais de ICMS, como redução de base de cálculo, isenção e diferimento com desconto.

Mesmo depois dessa primeira decisão do STJ, muitas empresas foram autuadas, o que gerou incontáveis contenciosos judiciais. Há decisões em diversas instâncias favoráveis aos contribuintes, principalmente após um julgamento, pela 1ª turma do STJ, que afastou a incidência de IRPJ e de CSLL sobre todos os benefícios de ICMS com base na tese do pacto federativo.

O cenário alterou-se rapidamente nas últimas semanas, quando o STJ pautou inesperadamente o julgamento da questão. Surgiu o temor de uma mudança de entendimento sem a ponderação de todas as consequências. Caso o STJ limite os tipos de benefícios fiscais de ICMS que são passíveis de dedução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, muitas empresas terão de passar a recolher esses **tributos**, que antes não estavam previstos. Isso implicará significativo e repentino aumento de custos, que, segundo cálculos dos economistas Felipe Salto e Fernanda Castro, pode ser de R\$ 50 bilhões a R\$ 65 bilhões por ano.

Para muitas empresas, a decisão de investir numa determinada localidade se baseou na expectativa de abater todos os benefícios fiscais de ICMS da base

dos **tributos** federais. Sem isso, a atratividade de muitos negócios diminuirá, podendo comprometer sua viabilidade e, assim, a geração de renda, emprego e arrecadação.

O quadro pode ser mais grave caso, numa eventual decisão favorável à tributação, a Corte permita que seus efeitos retroajam. Se as empresas forem cobradas pelos últimos cinco anos, os impactos podem ser superiores a R\$ 200 bilhões. Para além das dificuldades financeiras e de sustentabilidade dos negócios, é razoável supor que um aumento de tributação dessa magnitude acabe sendo repassado aos preços, gerando pressões inflacionárias. Um dos setores mais afetados por essa decisão seria justamente o varejo.

O recente caso das Americanas ilustra bem o impacto desastroso que uma drástica e inesperada piora nas contas de uma empresa acarreta para credores, investidores, funcionários e para os próprios consumidores. Não por acaso, a discussão sobre a **reforma tributária** - que visa a modernizar a legislação relativa à tributação do consumo e a extinguir a guerra fiscal e esses incentivos - prevê regras e longos prazos de transição.

Dados o impacto e os riscos envolvidos, é preciso cautela em qualquer decisão, com a devida atenção a todos os interessados, algo que parece não estar acontecendo na programação do julgamento em prazo tão exíguo. Sem transparência, diálogo e amplo debate, corre-se o risco de uma pressão financeira inesperada sobre diversos setores e de aumento da insegurança jurídica, que já tanto penaliza a atuação do setor privado no Brasil.

\*Maílson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria Integrada, foi ministro da Fazenda

#### Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
Risco de impacto negativo bilionário

#### Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2023/04/risco-de-impacto-negativo-bilionario.ghtml>

# Lula volta a cobrar redução dos juros

**Vicente Nunes Correspondente**

Lisboa - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou um seminário com empresários brasileiros e portugueses, em Matosinhos, norte de Portugal, para mandar recados políticos e exaltar feitos de seus dois governos anteriores. Criticou, mais uma vez, a taxa básica de juros (Selic), de 13,75% ao ano, definida pelo Banco Central (BC). "Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa". Afirmou ser uma "desfaçatez" a privatização da Eletrobras, cuja primeira medida, depois de vendida, foi "aumentar os salários dos diretores de R\$ 60 mil para R\$ 300 mil por mês". E ressaltou que, depois de seis anos, o Brasil saiu do "obscurantismo" para reconstruir políticas sociais, cujo desmonte recolocou o Brasil no mapa da fome.

A crítica velada ao BC ocorreu três dias após o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmar que a redução dos juros segue um tempo técnico, e não político. No evento, Lula conclamou os empresários de Brasil e Portugal a firmarem parcerias para gerar emprego e renda nos dois países. Garantiu que a economia brasileira conta com importantes pilares para atrair investimentos. "Temos estabilidade política, social e política. Temos credibilidade, mas não vamos mais vender patrimônio público", assinalou. No entender dele, é por meio dos investimentos que se poderá aumentar a produção local e não se precisará importar produtos da China, numa referência à guerra que o governo enfrenta em torno da proposta de taxa de compras on-line de até US\$ 50.

O líder brasileiro, que foi aplaudido de pé, fez questão de citar, nome por nome, deputados e senadores que integram sua comitiva a Portugal. "Estamos fazendo democracia da forma mais plural que podemos fazer", frisou. Acrescentou que está confiante no apoio necessário do Congresso para a aprovação de medidas de interesse do governo. Os dois principais projetos são o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. "Esses dias me perguntaram qual o tamanho da base do governo no Congresso. Respondi que temos 513 deputados e 81 senadores. Vamos ver o que vai acontecer com as votações", contou.

**Polo de exportação**

No entender de Lula, os empresários brasileiros não podem perder a oportunidade de se fixarem em Portugal, que pode se tornar um polo de exportação para a Europa. A EMBRAER está à frente, nesse

sentido, ao assinar, ontem, acordo com a portuguesa Ogma para a produção e manutenção dos aviões de defesa A-29 Super Tucano. O foco será a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Essa parceria também resultou na compra, pela Força Aérea Portuguesa, dos cargueiros KC-390, cuja primeira unidade levou Lula e o primeiro-ministro, António Costa, de Matosinhos para Lisboa.

No discurso, Lula desafiou a si e o primeiro-ministro português a elevarem a corrente anual de comércio entre Brasil e Portugal dos atuais US\$ 5,3 bilhões para US\$ 10 bilhões até o final de seus mandatos. Há, segundo o presidente, oportunidades em setores como energia renováveis, tecnologia da informação, aeroespacial, saúde e mobilidade urbana, sempre com prioridade para o desenvolvimento com inclusão social e sustentável. "O Brasil quer parceria, não hegemonia", afirmou.

Para Lula, depois dos primeiros três meses de seu governo, o Brasil está preparado para decolar. "Remontamos todas as políticas sociais. Incluímos novamente o povo no Orçamento", ressaltou. Ele destacou que, como presidente, está viajando pelo mundo para mostrar as oportunidades que o país oferece, ao contrário do que ocorreu nos últimos seis anos, "em que o Brasil não queria falar com ninguém e ninguém queria falar com o Brasil". Encerrou a sua fala sem tocar no nome da Ucrânia, ciente de que as recentes declarações sobre aquela nação lhe renderam críticas em todo o mundo. "Estou tentando parar de falar em guerra para construir a paz", limitou-se a dizer.

"Ninguém consegue tomar emprestado dinheiro (para investimentos) com essa taxa" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/25/all.pdf>

# Haddad mira "caixa preta" de isenções fiscais



Segundo o ministro da Fazenda, "lobbies ilegítimos" no Congresso e no Judiciário provocam perda de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos

**Rosana Hessel Victor Correia**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender o combate às renúncias fiscais e aos "ralos que se abrem para drenar os recursos públicos", a fim de arrecadar os cerca de R\$ 150 bilhões necessários para conseguir deixar em pé o novo arcabouço fiscal - o conjunto de regras encaminhado ao Congresso para evitar o aumento descontrolado da dívida pública.

O chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu abrir a "caixa preta" das renúncias e incentivos fiscais, dando maior transparência sobre quem são os maiores beneficiários das isenções.

Ele reforçou que "meia dúzia" fazem lobbies "ilegítimos" no Congresso e no Judiciário e provocam perdas de cerca de R\$ 600 bilhões aos cofres públicos. "Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar", disse, ontem, a jornalistas.

O ministro tem defendido essas medidas para fazer frente à fatura crescente de juros da dívida pública, "em torno de R\$ 700 bilhões por ano". Na semana passada, Lula mandou a equipe recuar na proposta de taxação das compras internacionais on-line de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas. Haddad, contudo, tem sinalizado que mantém estudos para uma nova forma de tributar as gigantes internacionais do e-commerce e, para isso, cogita a criação de uma "digital tax".

"O imposto já existe, mas será recolhido na fonte, antes do envio da mercadoria. É importante salientar que não haverá criação ou majoração de tributo, somente a viabilização do recolhimento eletrônico facilitado.

A medida está em elaboração e será detalhada em breve", informou a assessoria da Fazenda.

O objetivo principal, segundo o órgão, é "garantir a concorrência justa para que o consumidor seja beneficiado no curto, médio e longo prazos".

Haddad ressaltou que o valor das renúncias é maior que o do orçamento secreto, mecanismo instaurado pelo Congresso na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para garantir o apoio dos parlamentares e que, de acordo com ele, movimentou cerca de R\$ 53 bilhões ao longo de três anos. O ministro cobrou apoio de economistas que defendem a redução das renúncias, mas criticam o novo arcabouço fiscal.

Analistas, contudo, apontam problemas na proposta enviada ao Legislativo - especialmente o fim de punições como o contingenciamento de despesas caso haja risco de descumprimento das metas orçamentárias. Além disso, especialistas criticam o fato de o governo buscar ajustar as contas por meio de aumento de receitas, em vez de revisar gastos.

Vale lembrar que o órgão encarregado de fazer avaliações das despesas, a recém-criada Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento, ainda não está totalmente estruturada.

## Imposto de Renda

O chefe da Fazenda afirmou que as maiores renúncias tributárias ocorrem no âmbito do Imposto de Renda (IR). Ele adiantou que vai mudar a tributação diferenciada para fundos exclusivos, mas disse que não pretende mexer no Simples Nacional nem retomar a cobrança sobre a folha de pagamentos de empresas.

Além da **reforma tributária** sobre o consumo, que tramita no Congresso, ele ressaltou que o governo pretende realizar, neste ano, uma reformulação do IR.

da Fazenda

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/25/all.pdf>**

Apesar de elogiar alguns pontos do novo arcabouço fiscal, Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor da GO Associados, mostrou preocupação com o recuo do governo na taxação das compras pelo e-commerce. "A proposta era impopular, mas o governo desistiu muito rápido por conta da repercussão negativa da medida. Isso pegou muito mal no mercado e aumentou a desconfiança sobre a capacidade de a nova gestão conseguir adotar medidas para aumentar a carga tributária, que já é bastante elevada em um sistema caótico", alertou.

Viana lembrou que o nível de gastos subiu significativamente no final do ano passado, com a aprovação da PEC da Transição, em grande medida, para suportar a expansão do valor e da cobertura do novo Bolsa Família. Portanto, observou, será difícil para o governo conseguir fechar as contas. O ideal, segundo ele, seria uma combinação mais equilibrada do ajuste, contemplando tanto o lado da receita quanto da despesa, "ainda que com maior peso para as receitas".

Para o advogado tributarista Ilan Gorin, diretor da Gorin Advocacia, combater a sonegação, como vem defendendo Haddad, é papel do Estado, que precisa utilizar melhor os recursos tecnológicos que possui para isso.

Ele criticou o fato de o governo tentar se adequar ao novo arcabouço via aumento de receita em vez de começar logo a revisar os gastos ineficazes e o desperdício de dinheiro da União.

"O governo tem evitado atacar o problema das despesas, entre elas o tamanho do Estado, que tem uma ineficiência que poderia ser solucionada com uma boa reforma administrativa, que não sai. É preciso investir mais tempo nisso, porque o grande remédio é diminuir o gasto público", afirmou.

Em entrevista a jornalistas, Haddad reconheceu que está difícil para o governo conseguir fechar as contas em 2024, quando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado ao Congresso no último dia 14, prevê uma meta fiscal zerada, com margem de R\$ 28,8 bilhões de déficit ou superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública). "Eu estou menos preocupado com este ano do que com o ano que vem, evidentemente.

Porque, a partir de 2024, voltaremos a ter um regime fiscal mais rígido do que esse carnaval que foi feito no meio do ano passado", disse.

Fica tudo escondido ali na caixa preta das renúncias fiscais. Isso pode acabar" Fernando Haddad, ministro

# Zona Franca não terá mudança traumática

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário diz que governo buscará solução para garantir emprego e renda na região

# Desafios e riscos do arcabouço fiscal (Artigo)

*Jorge J. Okubaro JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO "O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)" (EDITORA TERCEIRO NOME)*

Resistências e críticas à proposta de arcabouço fiscal encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional na semana passada surgiram à esquerda e à direita, e não apenas no ambiente político-parlamentar. Talvez isso possa significar que, para estruturar a proposta, a equipe coordenada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha buscado o caminho médio entre os muitos rumos examinados. Se verdadeira essa hipótese, pode até ter sido um bom método de trabalho, que implicou escolhas políticas. Nem por isso, porém, será fácil a trajetória do projeto. São muitos os riscos de que ele acabe desagradando a todos.

Há, da direção do Congresso, disposição de acelerar a tramitação da proposta. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse que a votação poderá ser concluída até o dia 10 de maio, embora o governo ainda não tenha assegurado votos suficientes (257) para a aprovação. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de sua parte, assegurou que o projeto "será aprovado" também com presteza na Casa que preside, ainda que com "eventuais mudanças" para torná-lo melhor. Nem a instalação, nos próximos dias, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atentados à democracia praticados em 8 de janeiro prejudicará a tramitação do projeto, previu Pacheco. "Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal." Tal disposição não é observada, porém, na base governista. A bancada do PT na Câmara afirmou que as propostas do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, ainda em elaboração, destinam-se a superar problemas gerados por governos anteriores "que tantos prejuízos trouxeram aos investimentos, programas e políticas sociais". Mas não fez elogio claro à proposta. A oposição, como previsto, reagiu com dureza, sugerindo que a proposta pode gerar "uma fábrica de crimes de responsabilidade fiscal", como disse o deputado André Fufuca (PP-MA). De fato, ela estabelece que o descumprimento da meta de resultado primário não configura crime de responsabilidade fiscal, daí não haver previsão de punição.

Em análise serena publicada no Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação

Getúlio Vargas, Armando Castelar Pinheiro e Sílvia Matos apontam os principais desafios que a proposta terá de superar. As metas primárias (evolução de um déficit de 0,5% do **PIB** em 2023 até um superávit de 1,0% em 2026) exigirão, além de contenção da alta do gasto, "significativo aumento da carga tributária", por meio de correção de "algumas distorções tributárias". Além disso, parte do aumento da arrecadação pode vir de receitas não recorrentes, isto é, que não se repetirão automaticamente no futuro, razão pela qual não mais contribuirão para a redução da dívida pública a partir de determinado período. Por fim, os autores advertem que a regra do aumento real das despesas, acompanhada do piso para um conjunto de rubricas do orçamento federal, exigirá crescimento real e perene da receita.

Outras críticas foram feitas à exclusão, do limite de despesas, de mais de dez itens, alguns com peso expressivo nos gastos da União. Os que exigem ajuste fiscal rigoroso, com estabilização imediata da dívida pública como proporção do **PIB** e sua queda em seguida, apontam para a projeção do crescimento dessa relação nos próximos anos como sinal de inconsistência.

Sob esse manto de críticas, aspectos positivos da proposta estão sendo ignorados ou menosprezados. O limite de dispêndios sugerido no arcabouço é mais rigoroso do que o do antigo teto de gastos, pois a relação entre despesas e **PIB** no final do governo Lula será menor do que a observada no governo anterior. A lista de gastos excluídos dos limites é, em grande parte, decorrência de exigências constitucionais.

Em recente artigo, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega observou que a reclamação dos que exigem corte imediato e profundo de gastos é injusta. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse praticamente a mesma coisa em Londres. Ambos estão certos. A maior parte das despesas orçamentárias é de natureza obrigatória, ou seja, não pode ser cortada por decisão administrativa. Reduzir tais despesas depende até de mudança constitucional. E em boa parte elas crescem vegetativamente em valores reais. Por isso, nos últimos anos, os cortes de gastos, quando ocorrem, implicam sacrifício de um item essencial para a qualidade do serviço público, que são os investimentos. E um dos objetivos centrais do arcabouço fiscal é justamente recuperar a

capacidade do governo de investir - embora com limites, o que gerou críticas em partidos da base governista.

Por fim, mais do que desafios, a tramitação da proposta de política fiscal enfrentará riscos à sua integridade e coerência. Escolhido para relatar o projeto na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) afirmou que eventuais alterações no texto original serão para melhorá-lo. Os contribuintes e os cidadãos em geral adorariam acreditar.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

*Relator do projeto na  
Câmara afirmou que  
eventuais alterações no  
texto original serão  
para melhorá-lo. Os  
contribuintes e os  
cidadãos em geral  
adorariam acreditar*

# Reforma deve facilitar vida dos pequenos, dizem especialistas

**Guilherme Caldas**

Para a professora Lorreine Messias, do Núcleo de Pesquisas em Tributação da Faculdade de Economia do Insper, um dos caminhos para a mudança é observar os métodos de outros países e adequar as medidas à realidade brasileira.

"A gente precisa olhar para onde deu certo. Alguns países definem as taxas sobre um empreendimento não só pelo faturamento, mas pelo tempo de mercado e setor de atuação. É essencial que se considerem esses outros fatores, porque eles juntos podem mostrar a situação real da empresa." Messias também ressalta a importância de rever gastos que não estão incluídos na carga tributária, mas tornam-se obrigatórios pelo modo como os **impostos** são cobrados. "O sistema de tributação brasileiro gera muitos gastos acessórios, como a necessidade de advogados e contadores, que demandam muito de qualquer organização, especialmente das menores." O mesmo afirma Martinho Isnard, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP. Para ele, um caminho para diminuir a burocracia seria mudar a forma de aplicação dos **tributos**.

"Hoje, a tecnologia permite que o governo tenha acesso aos dados das transações de uma organização. Não existe necessidade de o empreendedor declarar tudo que ganhou e gastou. O Estado teria plenas condições de fazer isso e facilitaria muito a vida dos pequenos negócios." Isnard também afirma que deixar de se preocupar com eventuais problemas tributários possibilitaria que o empreendedor tivesse mais recursos humanos e financeiros para focar outras áreas.

"As empresas têm um contador exclusivamente para a parte fiscal. Isso impede que muitas delas possam contar com esse profissional para ajudar no seu gerenciamento, o que seria importante para a saúde financeira e crescimento dos negócios." O presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Décio Lima, também ressalta a necessidade de se reduzir as obrigações dos empreendedores.

"O Estado brasileiro ainda é muito envolto em burocracia e faz exigências que não têm cabimento. Qualquer revisão precisa partir do princípio de que o

pequeno empresário não tem nada a esconder. Não é ele que está na pauta da sonegação." Para Lima, a legislação brasileira atual precisa de mudanças, mas não pode ser completamente extinta. "Temos excelentes marcos regulatórios, como o Simples Nacional [regime especial que reúne seis **tributos** federais]. O que precisa é ajustar pontos da legislação para simplificar ainda mais." Lima acrescenta a necessidade de se atentar às diferenças na tributação sobre empresas maiores e menores. "O ponto principal a ser ajustado é a progressividade. Não há meios de fomentar uma mentalidade empreendedora no brasileiro sem facilitarmos a vida dos pequenos e médios. Para isso, precisamos garantir que eles paguem proporcionalmente menos do que empresas maiores e mais consolidadas." Envie sua pergunta sobre empreendedorismo para o email [mpme@grupofolha.com.br](mailto:mpme@grupofolha.com.br).

A equipe da seção selecionará mensagens para serem respondidas por especialistas na área.

## LEITOR PERGUNTA

"Quais seriam os principais pontos de uma **reforma tributária** para auxiliar os micros, pequenos e médios empreendedores?" (Vitor Maradei, 59, São Paulo, empreendedor)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50256&maxTouch=0>

# Simplifica Já deve elevar carga tributária, diz Appy

**Marta Watanabe De São Paulo**

Seja no modelo único ou dual, o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que pode resultar da **reforma tributária** defendida pelo governo federal tem base ampla de incidência, incluindo mercadorias, serviços e também intangíveis, diz Bernard Appy, secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda.

Para ele, manter a atual segmentação na tributação entre mercadorias e serviços seria um problema no novo modelo.

"A segmentação entre mercadorias e serviços responde pela maior parte da cumulatividade do atual sistema tributário, que prejudica a competitividade da indústria brasileira.

Com o tempo isso tende a crescer, porque a indústria no mundo é cada vez mais intensiva em serviços", disse Appy.

A proposta do chamado "Simplifica Já", diz ele, pode elevar a já alta carga tributária atual sobre consumo entre 1,5 a 2,5 pontos percentuais do **PIB**, favorecendo sobretudo os grandes municípios em detrimento do crescimento do país e do federalismo, porque mantém a disputa pela tributação que existe hoje entre prefeituras e Estados. As declarações foram dadas em evento promovido ontem pela Abimaq, entidade que reúne as indústrias de máquinas.

Defendido por parte das prefeituras, além de entidades que reúnem serviços contábeis, escolas particulares e associações comerciais, o Simplifica Já propõe modelo que mantém em separado o Imposto sobre Serviços (ISS) cobrado dos municípios e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos Estados (ICMS).

Consolidado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/2023, o Simplifica Já defende legislação única para o ISS, com parte da arrecadação que pode ir para o destino e receita compartilhada entre os municípios com base em dados de notas fiscais. Para o ICMS a proposta é também de unificação do imposto, com alíquotas e transição que devem ser estabelecidas pelo Senado.

Alberto Macedo assessor especial na Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo e coordenador do Simplifica Já, diz que o movimento não é contra a **reforma tributária**. O objetivo da PEC 46/2023, diz ele, é "arrumar a casa, preparar a fundação para futuras reformas". Ele enfatizou as dificuldades políticas e o desafio das divergências setoriais para se garantir a aprovação de reforma reunindo vários **tributos** e com garantia de não cumulatividade plena.

O governo federal espera que o Congresso vote a proposta de **reforma tributária** com base na PEC 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas já tramitam no Congresso e estabelecem IVA a partir da aglutinação dos federais PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do ISS municipal. Enquanto a PEC 45/2019 estabelece IVA único, com a junção dos cinco **tributos**, a PEC 110/2019 propõe IVA dual, com um IVA ou contribuição federal, com junção de PIS, Cofins e IPI, e outro IVA subnacional, a ser administrado conjuntamente por Estados e municípios.

O IVA que se espera, diz Appy, tem base ampla de incidência, não cumulatividade plena, com tributação no destino, dentro de um modelo que deve resultar em federalismo cooperativo. O sistema também deve ter, diz Appy, regras mais simples e a alíquota mais homogênea possível.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187527?page=1&section=1>

# Os fortes argumentos dos serviços na reforma tributária (Artigo)

**João Diniz Presidente da Cebrasse**

Para alcançarmos a melhor solução para o País na **reforma tributária**, é imprescindível atenção aos argumentos dos mais diversos setores.

O debate não pode ser monopolizado na sociedade e no Congresso pelo lobby em favor das propostas atuais. "É preciso eliminar as distorções entre indústria e serviços" é um discurso simplista e enviesado, porém fácil de ser repetido sem reflexões mais densas.

Não são desejáveis propostas que beneficiem a grande indústria, cada vez mais automatizada, em detrimento dos demais setores, sob o discurso pouco crível do "ganha-ganha".

Como alguém com aumento de carga de 10% ou 15% para 25% ou 30% vai cair nessa?

Na linha da reforma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com alíquota única, transfere-se carga tributária dos bens nacionais e importados para os serviços, alimentos, construção, medicamentos e outros, com consequências desastrosas sobre a base empresarial, o emprego e as diferentes regiões. É fundamental melhorá-la.

Afirma-se que o setor de serviços, base da geração de empregos, não será prejudicado, pois "é formado por empresas do Simples Nacional, que não serão impactadas". Esse argumento é leviano. As empresas do Simples, incluindo as do Microempreendedor Individual (MEI), são 89,2% do total de empresas de serviços privados. São muito importantes, mas são apenas 9,8% da receita bruta desses serviços.

E as demais?

Nos serviços ao consumidor final, cujo **PIB** é maior que o da indústria de transformação e está espalhado por todo o Brasil, os efeitos são pesados. Um hotel ou uma academia de ginástica fora do Simples, com carga atual de 3% de Imposto Sobre Serviços (ISS), 3,65% de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e mais resíduos tributários acumulados, com a "alíquota única", passará para 25% ou até mais. Pode-se falar em dobrar a carga.

Alíquotas altas de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nos serviços, alimentos e construção induzem à informalidade, destroem a base empresarial e o emprego e prejudicam a economia.

No caso dos prestadores de serviços a empresas, como segurança e asseio e conservação, há prejuízos nos Estados, pois a demanda tende a reduzir pela desestruturação da base contratante. A elevação da carga também reduzirá a demanda, por exemplo, do setor financeiro (cumulativo) e nos condomínios residenciais.

Esse tema é muito mais complexo do que parece em um discurso monolítico. Somos favoráveis à **reforma tributária**, desde que esta garanta a simplificação e competitividade, sem onerar os setores.

Desoneração da folha e alíquotas variadas precisam ser consideradas para construção de um consenso que permita crescimento com emprego e um futuro melhor para todos.

João Diniz, Presidente da Cebrasse

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Arcabouço exigirá um considerável esforço fiscal (Por quê?)

## Por quê?

O Ministério da Fazenda recentemente introduziu sua proposta de regra fiscal, que substituirá o teto de gastos. O projeto foi finalmente entregue ao Congresso na semana passada. Em linhas gerais, a ideia é, em alguns anos, gerar superávits primários - isto é, fazer com que o governo arrecade mais do que gasta, sem contar o pagamento dos juros da dívida pública. Neste ano teremos um déficit primário substancial: a projeção otimista do governo é que ele fique em 1% do **PIB**. O arcabouço promete virar esse quadro e fazer com que em 2026 cheguemos a um superávit equivalente a 1% do **PIB**. Trata-se de um esforço fiscal considerável.

Gerar superávits primários é crucial para baixar os juros de maneira consistente. Dessa forma, sinaliza-se estabilidade da dívida pública do país no longo prazo, reduzindo a chance de cenários em que ocorra um calote ou em que o rendimento dos credores seja corroído pela **inflação** alta. Se o risco da dívida diminui, o governo não precisa mais pagar um prêmio tão alto para que credores estejam dispostos a continuar financiando sua dívida.

Além disso, o equilíbrio fiscal também reduz as chances de o governo recorrer à **inflação** alta para fechar o rombo das contas públicas no futuro. Com isso, as expectativas de **inflação** permanecem ancoradas, o que ajuda a manter a própria **inflação** sob controle.

Assim, a ênfase em superávits primários é um ponto bastante positivo do arcabouço. O problema está nos detalhes.

Para gerar superávits, o governo precisa controlar despesas e/ou expandir a arrecadação. Do lado da despesa, o arcabouço propõe limitar o crescimento dos gastos, que não poderá ser maior do que 70% do crescimento da receita em cada ano. Além disso, há um piso de 0,6% para esse crescimento da despesa. A não ser que a economia apresente uma expansão considerável (e não há nenhuma indicação de que isso vá ocorrer), essa regra sozinha não será suficiente nem de perto para gerar os superávits pretendidos.

Será imprescindível, portanto, que o governo busque ativamente aumentar a arrecadação de **impostos**,

como já indicado pelo ministro Fernando Haddad. A reforma tributária é frequentemente colocada como peça fundamental para que o arcabouço pare de pé.

Estamos longe de ter detalhes da proposta do governo, mas temos algumas indicações: um sistema tributário mais simples, com unificação de diversos **impostos**, e alíquotas semelhantes para os mais variados produtos. Ainda que haja um potencial para tornar a economia brasileira mais produtiva, a reforma certamente produzirá ganhadores e perdedores. Alguns setores poderão sofrer aumento de **impostos**. Alguns governos estaduais e municipais poderão perder arrecadação.

Então podemos esperar resistência de grupos que eventualmente sejam prejudicados. Mesmo a incerteza quanto aos impactos de uma mudança pode mobilizar determinados agentes a se posicionar de maneira contrária. Por isso, aprovar uma **reforma tributária**, mesmo que traga enormes benefícios líquidos para a economia, não será tarefa fácil.

Nesse sentido, o episódio da semana passada, em que o governo desistiu de taxar compras no exterior abaixo de US\$ 50, é um sinal muito negativo. As batalhas pela frente, contra grupos bem organizados, serão muito mais complicadas.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/por-que-economias-em-bom-portugues/2023/04/arcabouco-exigira-um-consideravel-esforco-fiscal.shtml>

# Em Brasília, Tarcísio diz que o estado de São Paulo vai apoiar a reforma tributária

*Por Vinícius Cassela, g1 - Brasília*

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta segunda-feira (24), em Brasília, que o estado vai a reforma tributária, pauta considerada prioritária pelo governo Lula.

O estado de São Paulo vai apoiar a reforma tributária. O estado de São Paulo vai trabalhar para que a reforma tributária dê certo, disse o governador durante discurso

A afirmação foi feita durante convenção nacional do partido Republicanos, que reelegeu o deputado federal Marcos Pereira ao cargo de presidente nacional do partido

Durante fala, Tarcísio disse que ninguém aguenta mais viver sob variações tributárias estaduais.

Nós não podemos ter regras de ICMS diferentes em cada estado da federação. E o estado de São Paulo vai trabalhar para que a reforma tributária seja um sucesso.

Ele ainda ponderou que, a longo prazo, a reforma será uma solução para o país, estados e municípios.

Por mais que a gente perca alguma coisa no início, a gente vai ganhar lá na frente, com equilíbrio e com o fim da guerra fiscal no Brasil, afirmou.

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/24/em-brasilia-tarcisio-diz-que-o-estado-de-sao-paulo-vai-apoiar-a-reforma-tributaria.ghtml>

# Padilha: CPMI não atrapalhará tramitação de arcabouço fiscal

Publicado em 24/04/2023 - 19:36

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A possível instalação da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) que investigará os atos golpistas de 8 de janeiro não deverá interferir na tramitação do arcabouço fiscal no Congresso, disse nesta segunda-feira (24) o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Ele reiterou que o calendário que prevê a apresentação do relatório na Câmara dos Deputados até 10 de maio está mantido.

"Na nossa opinião, esse [a abertura da CPMI] é um debate político dentro do Congresso, mas ele não vai atrapalhar o calendário de votação do marco fiscal. No dia 10 de maio, deve ser apresentado o relatório do marco fiscal na Câmara e, no dia 19, o [relatório] da [primeira fase da] **reforma tributária**. São dois temas econômicos centrais para o governo que continuam com o calendário mantido e bom andamento na Câmara e no Senado", disse Padilha após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Padilha também comentou sobre a indicação dos dois novos diretores do Banco Central (BC). No fim de fevereiro, os mandatos dos diretores de Política Monetária e de Fiscalização venceram. Segundo o ministro, a definição só sairá depois do retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da viagem a Portugal e à Espanha.

"O presidente Lula volta de Portugal para definir os nomes no tempo necessário. Tenho certeza absoluta de que, vindo dessa dupla [Lula e Haddad], só podemos esperar nomes muito qualificados tecnicamente e que tenham o compromisso com a responsabilidade das contas públicas e a responsabilidade social", declarou Padilha na saída do Ministério da Fazenda.

Pela lei que concedeu autonomia ao BC, os diretores têm mandatos de quatro anos. Conforme o cronograma, o presidente Lula terá a oportunidade de substituir sete dos nove diretores do BC até o fim de 2024, incluindo o presidente do órgão, Roberto Campos Neto.

O antigo diretor de Política Monetária Bruno Serra pediu exoneração do cargo no fim de março. Servidor de carreira do BC, o diretor de Fiscalização, Paulo

Souza, informou que aceita uma eventual recondução ao cargo.

Além das viagens de Lula, o principal motivo do atraso nas indicações decorreu da demora do Senado formar as comissões na nova legislatura. Os diretores e o presidente do BC precisam ser sabatinados e aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), comandada pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). Em seguida, os nomes precisam ser aprovados pelo Plenário do Senado.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/padilha-cpmi-nao-atrapalhara-tramitacao-de-arcabouco-fiscal>

# Appy e coordenador de movimento contra IVA trocam farpas em debate sobre reforma tributária

## São Paulo

Um debate sobre a **reforma tributária** na capital paulista foi marcado por embates entre o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e o coordenador do Movimento Simplifica Já, Alberto Macedo, que defende uma proposta alternativa de mudança no sistema de **impostos**, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46.

A migração da cobrança de **impostos** estaduais e municipais da origem para o destino esteve no centro da discussão. Enquanto Macedo defendeu que a tributação aumenta à medida que a cobrança passa a ser feita no destino, Appy voltou a assegurar que a **reforma tributária** não vai elevar a carga.

Ao rebater as críticas feitas por Macedo, o secretário disse que, na verdade, o que aumenta a carga tributária para valer é o Simplifica Já, liderado por Macedo. A estimativa de Appy é de que a proposta alternativa causa uma elevação da carga na faixa de 1,5% a 2,5%.

A alíquota de referência do imposto sobre valor agregado, o IVA, proposto pela **reforma tributária** será aquela que mantém a carga atual, garantiu Appy. Ele sustentou que os preços dos produtos devem cair com a eliminação da complexidade tributária e da alta litigiosidade do sistema atual, que representam um custo importante para as empresas. Na **reforma tributária**, isso vai ser eliminado, disse Appy, acrescentando que a reforma também contribuirá para a redução da sonegação, permitindo uma menor alíquota do IVA.

O seminário sobre a **reforma tributária** aconteceu na sede da Abimaq, associação que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos, na Zona Sul de São Paulo. Em sua participação, Alberto Macedo considerou o IVA federal um tributo disfuncional. Segundo ele, a migração da tributação da origem ao destino deve levar a uma explosão das alíquotas praticadas em municípios, já que prefeituras devem repassar alíquotas maiores aos contribuintes.

O coordenador do Simplifica frisou também que, se houver exceções à alíquota uniforme do IVA, outros setores terão que pagar, de modo que a taxa para a indústria, considerada um setor beneficiado pela reforma, vai tranquilamente passar de 30%. Alguém vai pagar a conta, disse.

Macedo assinalou que a PEC 46, sua proposta, procura arrumar a casa pela fundação, e não iniciar a construção pelo telhado, ao disparar mais uma crítica contra as propostas de **reforma tributária** em discussão. Segundo ele, as propostas no Congresso fazem o Brasil aguardar por resultados, não garantidos, de um processo de transição de dez anos - na verdade, são seis anos de transição para as empresas.

## Zona Franca de Manaus

Durante o debate, Appy também frisou que a Fazenda vem discutindo com o governo do Amazonas uma solução tranquila para a Zona Franca de Manaus. O objetivo, disse, é assegurar que a mudança no sistema não seja traumática para a região, onde a isenção de IPI, imposto a ser extinto na reforma, representa um diferencial de competitividade, preservando empregos e renda. Está caminhando bem, declarou o secretário.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/24/appy-e-coordenador-de-movimento-contra-iva-trocam-farpas-em-debate-sobre-reforma-tributaria.htm>

# Appy defende conceito de base ampla da reforma tributária

**São Paulo**

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do ministério da Fazenda, Bernard Appy, defendeu nesta segunda-feira, 24, o conceito de base ampla da **reforma tributária**, no qual serviços e mercadorias são tratados sem diferenciação na cobrança de um imposto sobre o consumo, o IVA. Durante seminário sobre o tema realizado pela Abimaq, associação que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos, Appy sustentou que separar serviços de mercadorias não acabaria com a cumulatividade tributária, um dos principais objetivos da reforma.

Tem problema, sim, separar serviços de mercadorias ... A cumulatividade seria mantida , declarou o secretário do ministério da Fazenda e autor de uma das duas propostas de emenda constitucional de mudanças no sistema tributário em tramitação no Congresso.

Appy deu a declaração em resposta ao coordenador do Movimento Simplifica Já, Alberto Macedo, que, no mesmo seminário, fez críticas à proposta de não separação de serviços, que hoje pagam menos **impostos**, das mercadorias, que têm carga maior, e à tributação no destino, outro pilar da reforma.

O secretário extraordinário da **reforma tributária** observou que a tributação na origem do sistema atual leva a benefícios fiscais que favorecem a importação de insumos e máquinas, ao invés de compra em outro estado do País. Appy voltou a dizer que só o fim da cumulatividade representa um impulso de 4% ao Produto Interno Bruto (**PIB**) em 15 anos. O efeito total da reforma no **PIB** é estimado em até 20% de crescimento adicional no período.

É por isso que estamos discutindo **reforma tributária**. Tem um potencial enorme de aumentar crescimento do País , afirmou o secretário.

Mais uma vez, ele sustentou que todos setores serão beneficiados pela reforma, principalmente a indústria, que hoje é prejudicada, mais do que outras atividades, pela cumulatividade do sistema.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/24/appy-defende-conceito-de-base-ampla-da-reforma-tributaria.htm>

# Indústria será a mais beneficiada com a reforma tributária, mas todos os setores ganham, diz Bernard Appy

*Por João Sorima Neto - São Paulo*

A despeito das reclamações do setor de serviços sobre perdas com a **reforma tributária**, o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy disse que as mudanças vão beneficiar todos os setores da economia, mas principalmente a indústria, que hoje sofre as maiores distorções com o sistema tributário brasileiro atual.

Appy participou do seminário sobre **Reforma Tributária** sobre o Consumo e o Crescimento Econômico realizado nesta tarde pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

- O setor mais prejudicado é a indústria, por causa das distorções do sistema tributário brasileiro, entre elas cumulatividade, custo dos investimentos, burocracia tributária. Mas todos os setores serão beneficiados, inclusive o de serviços. Todo mundo ganha - garantiu Appy.

Uma das reclamações do setor de serviços é o aumento da carga tributária, hoje da ordem de 10%, que subiria para 25%. Representantes do setor afirmam que a reforma só será aprovada pelo segmento se vier acompanhada da desoneração da folha de pagamentos ou de uma alíquota menor.

Appy disse que a indústria aumenta a demanda por serviços, por alimentos, e gera renda. Com o sistema tributário atual, o Brasil não cresce e se desindustrializa. Ele afirmou que apenas com o fim da cumulatividade de **impostos**, o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do país cresce 4%. Hoje, disse Appy, a cumulatividade onera as exportações e o país perde competitividade. E a guerra fiscal acaba sendo um desastre absoluto para o Brasil em termos de competitividade.

- A reforma reduz a burocracia tributária, em que o Brasil é o campeão mundial. Há indústrias que empregam até 200 pessoas para cuidar dessa burocracia, enquanto no exterior empresas do mesmo porte tem apenas 5 pessoas. Temos 75% do **PIB** em litígios tributários atualmente - lembra ele.

Ele disse que os estados já estão sendo chamados para discutir os modelos tecnológicos para fiscalizar o novo imposto. Tanto a PEC 45 quanto a 110 criam um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) que substituiria 5 **tributos** atuais: PIS, COFINS, IPI (da União), ICMS (dos Estados) e ISS (dos municípios).

O presidente da Abimaq, José Velloso, disse que o processo de desindustrialização a **reforma tributária** torna-se mais que urgente. Ele disse que a reforma ao simplificar o sistema tributário vai oferecer segurança jurídica a quem quiser investir no Brasil.

- É preciso eliminar a cumulatividade, além da regressividade do sistema que traz injustiça social, onde os pobres pagam mais - afirmou o presidente da Abimaq.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/industria-sera-a-mais-beneficiada-com-a-reforma-tributaria-mas-todos-os-setores-ganham-diz-bernard-appy.ghml>

# Estados poderão ter compensação permanente por reforma tributária, diz coordenador do tema na Câmara

Por Ricardo Brito

BRASÍLIA (Reuters) - Estados produtores receberão compensações financeiras via fundo potencialmente permanente pelas perdas de arrecadação que terão na **reforma tributária**, afirmou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho que discute o tema na Câmara.

O tamanho da oferta ainda está em discussão, sinalizou Lopes, mas aliados do governo buscam com a investida destravar um ponto sensível que brecou o andamento da reforma no governo anterior, já que o texto em discussão no Congresso promove o deslocamento da tributação da origem, como ocorre atualmente, para os locais de consumo dos produtos, o que tende a beneficiar Estados mais populosos e ricos.

Segundo o parlamentar, inicialmente se pensou numa compensação por um período de 10 anos, mas o governo já admite que esse mecanismo poderá ser permanente.

Acho que vai ter que ser um fundo permanente para fazer políticas de desenvolvimento regional porque, no primeiro momento, ele é utilizado para fazer a compensação do fim dos incentivos fiscais no âmbito dos Estados e nacional, disse.

Depois vai ter a segunda função, que é promover política de desenvolvimento regional, então praticamente vai ser um fundo permanente, destacou ele, em entrevista à Reuters.

Para o coordenador do grupo de trabalho, o IVA -- Imposto sobre Valor Agregado -- tornou-se o modelo de tributação da boa prática internacional, diminuindo contenciosos na Justiça, reduzindo a complexidade do atual sistema e dando competitividade ao Brasil, inclusive na exportação.

Nesse sentido, acreditamos que a economia vai crescer potencialmente, o **PIB**, só por causa do IVA, da simplificação, de 12 a 20% em 10 anos, além do que já seria esperado, projetou ele, citando que países como a China e recentemente a Índia

implementaram esse modelo de tributação e estão colhendo frutos da mudança.

Otimista, Reginaldo Lopes disse que, após décadas de discussões em torno do assunto, considera que a proposta está madura para ir à votação na Câmara provavelmente em junho, após a apreciação da nova regra fiscal pelos deputados e uma rodada de conversas com atingidos pela reforma, como os governadores.

A data para apresentação do relatório do grupo de trabalho, dia 16 de maio, está mantida, a despeito de receio de eventual atraso em razão da provável criação da CPMI sobre o 8 de janeiro, reclamada pela oposição.

O coordenador do grupo afirmou que a transição do atual modelo para o do IVA vai durar 40 anos e que, com a reforma, está previsto instituir um fundo de desenvolvimento regional para incentivar políticas para potencializar ou induzir vocações de determinados Estados ou regiões.

O instrumento da renúncia fez o Brasil perder competitividade porque o setor estratégico às vezes vai para um local pela renúncia e não pela matéria prima, posição logística ou consumo, avaliou.

## ALINHAMENTO

Lopes avalia que, pela primeira vez, há um alinhamento político entre deputados e senadores, de colaboração e não de competição, e que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), está entusiasmado com a iniciativa, entendendo que será o maior legado desta legislatura.

O coordenador disse ainda que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem tido uma conduta colaborativa. Já o governo, avalia, tem uma estratégia definida, escalando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e criando uma secretaria extraordinária sobre o assunto, comandada por Bernardo Appy, mas sempre destacando que a iniciativa da proposta é do Congresso.

O parlamentar vê ainda uma disposição dos Estados produtores em um modelo de distribuição de recursos menos concentrador e apoio à reforma de vários setores da economia, como o agronegócio e a indústria, ainda que ressaltando alguns destaques a serem discutidos pontualmente.

Na semana passada, o projeto recebeu um alento, com a declaração de apoio à reforma do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de oposição.

(Reportagem de Ricardo Brito)

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA

Estados poderão ter compensação permanente por reforma tributária, diz coordenador do tema na Câmara

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/24/estados-poderao-ter-compensacao-permanente-por-reforma-tributaria-diz-coordenador-do-tema-na-camara.htm>

# Haddad sobre renúncias fiscais: Se for legítimo, trata à luz do dia

**Victor Correia**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , declarou nesta segunda-feira (24/4) que a intenção do governo de publicar uma lista das empresas beneficiadas com renúncias fiscais é dar transparência aos benefícios. Segundo ele, há uma série de dispositivos anômalos, completamente ilegítimos , que estão corroendo a base fiscal do Estado. Para Haddad, se mesmo com a divulgação das isenções o poder público decidir manter os benefícios, isso será uma decisão da sociedade, às claras .

[A renúncia fiscal] Dá quase R\$ 600 bilhões que a União perde, em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no Judiciário. Se for uma coisa legítima, trata à luz do dia. Não tem problema , declarou o ministro a jornalistas, na sede da pasta.

Questionado sobre a lista que está sendo produzida, em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU) , para divulgar empresas beneficiadas por isenções fiscais, Haddad respondeu não estar buscando uma controvérsia ou um ataque a quem quer que seja . Eu estou só dando transparência para as coisas que a sociedade brasileira precisa acompanhar. A sociedade brasileira precisa saber para onde está indo o dinheiro dela.

O ministro criticou, recentemente, a falta de transparência dos benefícios concedidos pelo Estado, e divulgou a intenção de reduzir a renúncia fiscal em cerca de um quarto, no valor de R\$ 150 bilhões.

Isso tem um impacto muito grande nas finanças públicas que, repito, estão sendo corroídas por uma série de dispositivos anômalos, completamente ilegítimos, que está corroendo a base fiscal do Estado. Qual é o país do mundo que subvenciona custeio? , questionou Haddad.

Julgamento do STJ

O ministro disse ainda que a **reforma tributária** trará, a partir do ano que vem, um regime fiscal mais rígido do que esse carnaval que foi feito desde o ano passado . A medida será discutida no Congresso Nacional.

Haddad também citou o julgamento do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) , marcado para esta quarta-feira (26), sobre a tributação de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os incentivos fiscais do ICMS. Segundo ele, o julgamento será um teste importante , e uma sinalização se nós vamos ter ou não um país transparente do ponto de vista do gasto tributário .

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5089522-haddad-sobre-renuncias-fiscais-se-for-legitimo-trataremos-a-luz-do-dia.html>

# Haddad quer cortar R\$ 150 bilhões em renúncias fiscais e abrir caixa-preta

**Victor Correia**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou querer abrir a caixa-preta das renúncias fiscais, benefícios concedidos a empresas por meio de subsídios e renúncias da arrecadação de **impostos**. Atualmente, o valor estimado que o governo deixa de arrecadar com as medidas é de R\$ 600 bilhões por ano. Segundo Haddad, o governo prepara uma lista das empresas beneficiadas e quer cortar cerca de um quarto dos privilégios, gerando arrecadação de R\$ 150 bilhões.

Só estamos pagando R\$ 700 bilhões de juros porque estamos pagando R\$ 600 bilhões de renúncia. É simples assim, afirmou o ministro em entrevista publicada nesta segunda-feira (24/4) ao Estadão. O chefe da Fazenda disse ainda que uma lista CNPJ por CNPJ das empresas beneficiadas pelas isenções está sendo preparada em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU).

Maior que orçamento secreto

Haddad destaca que o valor das renúncias é maior que o do orçamento secreto, mecanismo instaurado pelo Congresso na gestão passada para o Executivo garantir o apoio dos parlamentares. O ministro cobrou ainda apoio de economistas que defendem a redução das renúncias e criticam o novo arcabouço fiscal. Ao longo de três anos, o orçamento secreto movimentou cerca de R\$ 53 bilhões.

Cadê a turma do equilíbrio macroeconômico? Não adianta economistas liberais falarem: é muito difícil conseguir. Lutem pela causa, disse Haddad. Por que alguém se insurge contra o orçamento secreto, o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], e quando vai falar de gasto tributário, fica todo mundo com medo de falar?, completou.

Grande parte das renúncias fiscais está em isenções do Imposto de Renda. Haddad disse que enfrentará a mudança na tributação diferenciada para fundos exclusivos, mas não vai mexer no Simples Nacional nem retomar a cobrança de **tributos** sobre a folha de pagamentos de empresas. O ministro afirmou ainda que fará reuniões com as partes afetadas pelas medidas.

Além da **reforma tributária**, que o governo pretende realizar ainda neste ano, está prevista uma reforma no Imposto de Renda.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5089511-haddad-quer-cortar-rs-150-bilhoes-em-renuncias-fiscais-e-abrir-caixa-preta.html>

# Artigo: Iniciativas tributárias de estados geram cenário caótico para setor produtivo

**Correio Braziliense**

RAUL JUNGMAN - Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

As companhias exportadoras e, conseqüentemente, as exportações geradoras de divisas ao país passam por (mais) um momento de alto risco. O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) deu início, no dia 14, a um julgamento que é simbólico e acende uma luz de alerta para todo o setor exportador do país, entre os quais, o agronegócio e a mineração.

É mais um componente de insegurança jurídica, de imprevisibilidade para planejar investimentos, implantação de projetos, negócios e expansão de plantas de produção, bem como rotas de comércio exterior.

Investidores e empresários assistem abismados a mais uma tentativa de um governo estadual saciar sua sanha arrecadatória por meio do avanço especulatório sobre as receitas de empresas geradoras de renda, empregos e **tributos** sem se preocupar que, nessa trajetória, **desconsidera** o que determina uma lei federal, no caso, a Lei Kandir. Ela isenta as operações de exportação da cobrança do imposto estadual ICMS.

Em dezembro, o governo de Goiás publicou a Lei Estadual nº 21.671/2022 e o Decreto regulamentador nº 10.187. A lei cria normas de regulação sobre produtos a serem exportados. Na prática, elimina a imunidade tributária do ICMS sobre as exportações, principalmente, do agronegócio e de minérios. Em um de seus trechos, ela estabelece o que pode ser interpretado como uma chantagem. Ela autoriza o Executivo goiano a cobrar o ICMS, ainda que a operação seja imune, restando ao empresário obter a sua restituição caso comprove a exportação. A opção é ele decidir pelo pagamento de uma contribuição a ser destinada a um fundo para fomentar projetos de infraestrutura no estado.

Trata-se de uma afronta direta ao ordenamento jurídico. É inconstitucional. Mas seu efeito mais devastador pode surgir se o STF considerar tal iniciativa válida e digna de ser copiada por outros estados, o que alimentaria um imenso caos tributário, assombrando e impactando os mais diversos setores, não apenas a mineração. O setor mineral estima que o

impacto da lei de Goiás, considerando a produção de ferroligas, cobre e ouro, significa cerca de R\$ 160 milhões por ano. Em mercados internacionais de alta concorrência, em que centavos de dólar influenciam o fechamento de contratos de comércio exterior, esse é um impacto nocivo à economia. É preciso levar em conta ainda que, segundo a consultoria EY, considerando uma cesta com 10 minérios, o Brasil é o 1º em carga mais elevada para oito minérios e 2º para dois deles.

Para arguir a inconstitucionalidade da medida, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ingressou com ação no STF e conseguiu liminar com efeito suspensivo por decisão do ministro Dias Toffoli. Em agosto, o STF considerou constitucional a cobrança de taxas estaduais de fiscalização sobre atividades de mineração - conhecidas pela sigla TFRM - criadas por Minas Gerais, Pará e Amapá. Antes disso, a CNI e o Instituto Brasileiro de Mineração alertavam que cabe à União legislar sobre o setor mineral e que validar a TFRM iria provocar uma avalanche de taxas estaduais e municipais, provocando sérios danos à competitividade da indústria da mineração. Desde então, mais estados e também municípios concretizam a projeção: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, oito municípios do Pará e dois em Minas Gerais criaram suas TFRMs. Já o Maranhão criou uma taxa referente a cargas transportadas sobre trilhos, o que afeta a mineração. E, agora, Goiás.

A realidade e o horizonte para o setor produtivo se resumem a uma equação sem aparente solução. A União deve estar atenta aos reflexos intensamente negativos que esse cenário vai proporcionar à atração de investimentos, às finanças públicas, ao fomento de políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. A **reforma tributária** é o campo de jogo em que essa disputa tributária poderá ser pacificada. Por enquanto, o setor produtivo está perdendo de goleada, mas compartilhará essa perda com o país.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2023/04/5089477-artigo-iniciativas-tributarias-de-estados-geram-cenario-caotico-para-setor-produtivo.html>**

# Iniciativas tributárias de estados geram cenário caótico para setor produtivo (Artigo)

**RAUL JUNGMAN** *Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)*

As companhias exportadoras e, conseqüentemente, as exportações geradoras de divisas ao país passam por (mais) um momento de alto risco. O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) deu início, no dia 14, a um julgamento que é simbólico e acende uma luz de alerta para todo o setor exportador do país, entre os quais, o agronegócio e a mineração.

É mais um componente de insegurança jurídica, de imprevisibilidade para planejar investimentos, implantação de projetos, negócios e expansão de plantas de produção, bem como rotas de comércio exterior. Investidores e empresários assistem abismados a mais uma tentativa de um governo estadual saciar sua sanha arrecadatória por meio do avanço especulatório sobre as receitas de empresas geradoras de renda, empregos e **tributos** sem se preocupar que, nessa trajetória, **desconsidera** o que determina uma lei federal, no caso, a Lei Kandir. Ela isenta as operações de exportação da cobrança do imposto estadual ICMS.

Em dezembro, o governo de Goiás publicou a Lei Estadual nº 21.671/2022 e o Decreto regulamentador nº 10.187. A lei cria normas de regulação sobre produtos a serem exportados. Na prática, elimina a imunidade tributária do ICMS sobre as exportações, principalmente, do agronegócio e de minérios. Em um de seus trechos, ela estabelece o que pode ser interpretado como uma chantagem. Ela autoriza o Executivo goiano a cobrar o ICMS, ainda que a operação seja imune, restando ao empresário obter a sua restituição caso comprove a exportação. A opção é ele decidir pelo pagamento de uma contribuição a ser destinada a um fundo para fomentar projetos de infraestrutura no estado.

Trata-se de uma afronta direta ao ordenamento jurídico. É inconstitucional. Mas seu efeito mais devastador pode surgir se o STF considerar tal iniciativa válida e digna de ser copiada por outros estados, o que alimentaria um imenso caos tributário, assombrando e impactando os mais diversos setores, não apenas a mineração. O setor mineral estima que o impacto da lei de Goiás, considerando a produção de ferroligas, cobre e ouro, significa cerca de R\$ 160 milhões por ano.

Em mercados internacionais de alta concorrência, em que centavos de dólar influenciam o fechamento de contratos de comércio exterior, esse é um impacto nocivo à economia. É preciso levar em conta ainda que, segundo a consultoria EY, considerando uma cesta com 10 minérios, o Brasil é o 1º em carga mais elevada para oito minérios e 2º para dois deles.

Para arguir a inconstitucionalidade da medida, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ingressou com ação no STF e conseguiu liminar com efeito suspensivo por decisão do ministro Dias Toffoli. Em agosto, o STF considerou constitucional a cobrança de taxas estaduais de fiscalização sobre atividades de mineração - conhecidas pela sigla TFRM - criadas por Minas Gerais, Pará e Amapá. Antes disso, a CNI e o Instituto Brasileiro de Mineração alertavam que cabe à União legislar sobre o setor mineral e que validar a TFRM iria provocar uma avalanche de taxas estaduais e municipais, provocando sérios danos à competitividade da indústria da mineração.

Desde então, mais estados e também municípios concretizam a projeção: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, oito municípios do Pará e dois em Minas Gerais criaram suas TFRMs.

Já o Maranhão criou uma taxa referente a cargas transportadas sobre trilhos, o que afeta a mineração. E, agora, Goiás.

A realidade e o horizonte para o setor produtivo se resumem a uma equação sem aparente solução.

A União deve estar atenta aos reflexos intensamente negativos que esse cenário vai proporcionar à atração de investimentos, às finanças públicas, ao fomento de políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. A **reforma tributária** é o campo de jogo em que essa disputa tributária poderá ser pacificada. Por enquanto, o setor produtivo está perdendo de goleada, mas compartilhará essa perda com o país.

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/24/all.pdf>

# Nova regra fiscal está longe de ser "comprada" por mercado



Bráulio Borges: situação só muda se governo conseguir receitas expressivas

**Marta Watanabe De São Paulo**

A trajetória de resultado primário prometida pelo governo federal na proposta de novo arcabouço fiscal tem, para 2026, último ano do atual mandato, meta convergente com o superávit que seria entregue pela regra anterior, o teto de gastos, segundo as expectativas de mercado do pré-pandemia.

O esforço fiscal necessário que se vislumbrava, porém, não tinha a mesma magnitude. A mediana das projeções de 31 de dezembro de 2019 do boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, tinha como ponto de partida esperado para 2023 um superávit primário equivalente a 0,25% do PIB, para se chegar a resultado positivo de 1,3% do PIB em 2026, num esforço fiscal correspondente a 1,05% do PIB. A taxa pode dobrar na proposta do governo federal. Pela trajetória sugerida, a base é de déficit de 0,5% do PIB em 2023 para se chegar a superávit primário de 1% do PIB. Considerando banda de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, o esforço fiscal necessário é de 2% do PIB.

As projeções mais recentes da mediana das expectativas divulgados no Focus mostram que o mercado ainda não comprou a nova regra fiscal, cujas regras gerais foram divulgadas em 31 de março, destaca Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de

Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). As projeções de consenso mais recentes veiculadas pelo Focus para o período de 2023 a 2026, destaca, mantém as mesmas expectativas que se tinha pouco antes do fim de março.

A trajetória mais recente da mediana das estimativas do Focus está bem abaixo do que o governo projeta, com déficit primário de 1% do PIB em 2023 e ainda mantendo resultado negativo, de 0,3% do PIB, no último ano do mandato atual. Para Borges, a situação só mudará e se tornará mais convergente com a trajetória sugerida pelo governo mais ao fim deste ano, caso o indicador se aproxime mais do que está na regra fiscal proposta. Ou caso o governo consiga aprovar medidas que rendam receitas significativas e com baixo risco de frustração de arrecadação.

Borges lembra que as expectativas em dezembro de 2019, além de serem anteriores à crise sanitária, também vinham embaladas no otimismo gerado pela aprovação da reforma da Previdência. "Era um período também em que o teto de gastos estava de pé." De lá para cá, diz, houve piora significativa das expectativas.

Ao fim de julho de 2021, já mais de um ano após a eclosão da pandemia, mas ainda antes da apresentação e aprovação da PEC dos Precatórios - proposta que começou a fragilizar mais fortemente o teto de gastos - o consenso do Focus já mostrava déficit para 2023, de 0,7% do PIB, mas com melhora gradativa e superávit de 0,5% do PIB em 2026.

"Em julho de 2021 o teto ainda estava relativamente forte, apesar dos debates de então de que a regra devia ser alterada de 2023 em diante. Mesmo assim já há deterioração em relação às expectativas anteriores à pandemia." A PEC dos Precatórios resultou na Emenda Constitucional (EC) 113/2021 e EC 114/2021. Um de seus efeitos mais importantes foi o parcelamento do pagamento de precatórios.

Menos de um ano depois, ao fim de maio de 2021, a mediana da projeção de resultado primário para 2023 era de déficit 0,35% e o ponto de chegada em 2026 se mantinha no azul, com superávit de 0,35% do PIB. "Estamos falando de um período após a PEC dos Precatórios, mas antes da aprovação ou apresentação da PEC Kamikaze, que foi a paulada de morte no teto de gastos, e da PEC da Transição, que foi o prego no

caixão do teto."

A PEC Kamikaze resultou na EC 123/2022 que, dentre outras medidas, aumentou de forma temporária, a menos de três meses antes das eleições, o benefício do então Auxílio Brasil, além de instituir Bolsa Caminhoneiro e Bolsa Taxista. A PEC da Transição resultou na EC 126/2022 e elevou em R\$ 145 bilhões o teto de gastos para o Orçamento de 2023, além de determinar o estabelecimento de uma nova regra fiscal.

Quando se olha o consenso mais recente do Focus, diz Borges, há claramente uma distância enorme entre o que o mercado espera e as metas prometidas pelo governo. "Há um ver para crer. Porque é preciso aumentar muito as receitas. Precisamos de algo em torno de R\$ 130 bilhões a R\$ 150 bilhões a mais de receitas recorrentes no acumulado dos quatro anos para viabilizar a consecução das metas fiscais." Borges destaca ainda que o texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) da nova regra fiscal mostra mecanismos fracos para garantir o cumprimento das metas. O incentivo para o governo em buscar receitas, avalia, será o mercado, já que melhorando-se a percepção, há melhores condições para câmbio, juros e perspectivas de endividamento.

Para Borges, se o governo conseguir aprovar leis que garantam receitas significativas também é possível melhorar expectativas. Entre as medidas com potencial para isso, diz, está uma nova lei para restringir a dedução de subvenção do ICMS na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O que o governo quer, explica, é que sejam deduzidos apenas as subvenções relacionadas a investimentos mas não a custeio.

Outra medida com bom potencial, diz Borges, seria a regulamentação de preços de transferência. Hoje empresas apuram prejuízos em exportações intracompanhia para paraísos fiscais. Com isso, boa parte do lucro é auferida em local com tributação favorecida.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset, também diz que o aumento de receitas na magnitude necessária para sustentar a regra fiscal terá de vir de aumento de carga tributária, porque não será proporcionado por crescimento econômico. Nesse campo, indica, a revisão de gastos tributários é o melhor caminho, mas muito difícil do ponto de vista político. Para ele, a solução que provavelmente será adotada é fazer parcelamentos de **tributos**, nos moldes de um Refis, não só para débitos tributários, incluindo os litígios no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, como para os

previdenciários.

Leal de Barros diz que um Refis pode trazer elevação de receitas e melhorar a percepção de mercado. Ele lembra, porém, que a regra fiscal proposta pelo governo trata essa receita de Refis como recorrente. "Ou seja, se eventualmente fizerem um Refis e conseguirem receita enorme, isso vai inchar a base de arrecadação e gerará maior crescimento real de gastos no ano seguinte, o que também é uma forma de flexibilização da regra."

"Esse ganho de arrecadação, que a princípio ajuda a meta de primário de um ano, vai vazar para mais despesa no ano seguinte e gera dificuldade maior para cumprir as metas à frente. A regra só fica em pé, se ano após ano houver surpresas sistemáticas de arrecadação."

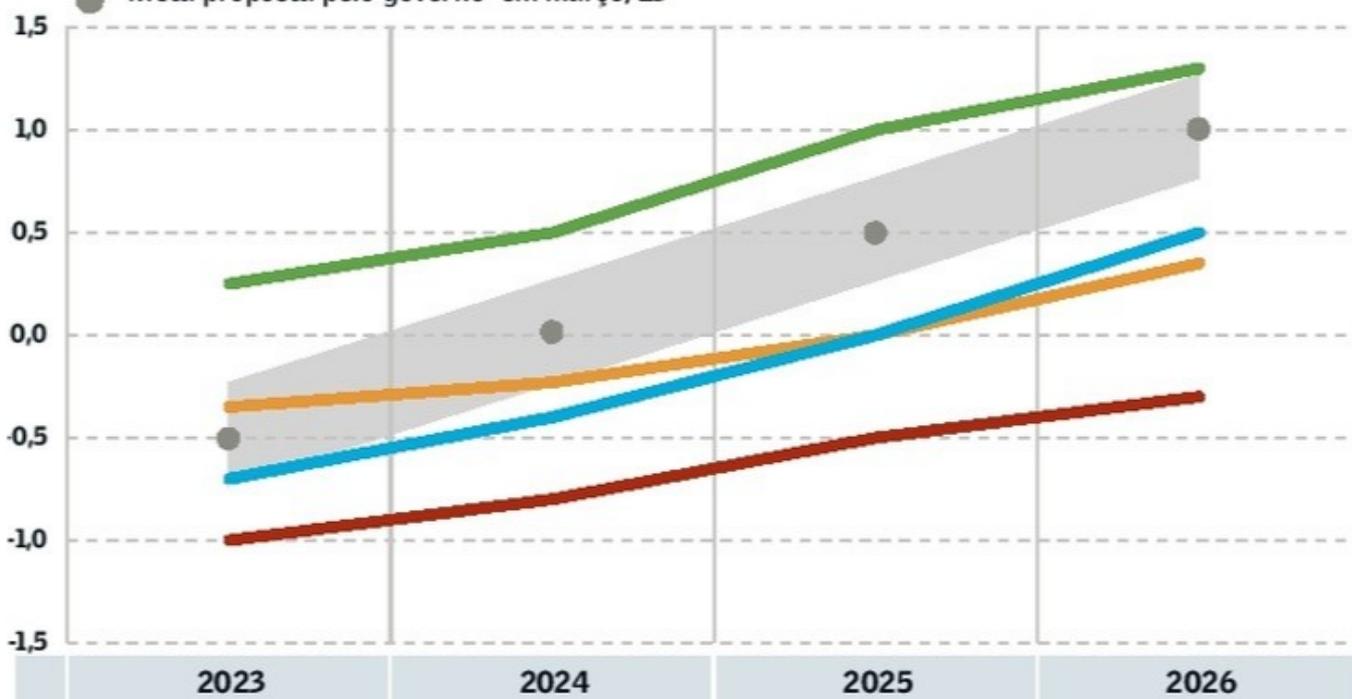
**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187526?page=1&section=1>

## Expectativas de mercado

Projeções para resultado primário - % do PIB\*

- Projeção em 31/12/2019, após aprovação da Reforma da Previdência e antes da pandemia
- Projeção em 30/07/2021, antes da apresentação e aprovação da PEC dos Precatórios
- Projeção em 31/05/2022, antes da apresentação e aprovação das PECs Kamikaze e da Transição
- Projeção mais recente (14/04/2023)
- Meta proposta pelo governo em março/23



Fonte: expectativas informadas nos últimos 30 dias do boletim Focus/BCB, com elaboração do economista Bráulio Borges.  
\*Medianas das estimativas para o resultado primário do setor público - Período de 01/06/2019 a 19/04/2023.

# Não vamos tomar medidas na calada da noite , diz secretário do Mdic

**Vicente Nunes - Correspondente**

Lisboa - O governo vai usar as viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Portugal e à Espanha para convencer os investidores de que o Brasil é um local seguro para os negócios, com regras claras e sem surpresas. "Não vamos tomar medidas na calada da noite", disse o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa. Segundo ele, o momento é muito positivo para os empresários, pois os principais projetos do governo em andamento no Congresso, o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, têm como objetivo garantir a sustentabilidade fiscal e simplificar a cadeia de **impostos**.

"O governo não quer surpresas", reforçou o secretário, ressaltando que, desde o início do ano, vem sendo feito um trabalho para corrigir "desarranjos e desalinhamentos" deixados pela legislação anterior. Ele contou que um dos problemas mais graves encontrados pela equipe econômica estava no setor de pneus. O imposto para importação do produto foi zerado e mantida a tarifa sobre a matéria-prima, encarecendo a produção local. O mesmo se deu nos mercados de resinas e químicos, essenciais para a indústria de plásticos. "Corrigimos essas distorções", assinalou.

Na avaliação dele, é preciso dar condições para que os empresários brasileiros possam ampliar a produção e as exportações, sobretudo por parte das médias companhias. "O país tem tradição como exportador de commodities, mas perdeu, terrivelmente, a capacidade de exportação de sua indústria de transformação. E a retomada deve incluir novos atores", afirmou. Ele acrescentou que, tradicionalmente, as empresas exportadoras remuneraram melhor seus empregados, investem, obrigatoriamente em pesquisa, tecnologia e inovação, além de aumentar a competitividade.

## Neoindustrialização

Elias reconheceu que é grande o desafio do Brasil em restabelecer a retomada da indústria, processo que vem sendo chamado de neoindustrialização. Segundo ele, em razão da desindustrialização precoce do Brasil, a reconstrução dos parques produtivos passa por novas premissas, novos valores, como sustentabilidade, inclusão, diversificação. Uma

economia inclusiva. "Se falarmos em indústria 4.0, precisamos olhar a digitalização. Isso foi tratado na viagem do presidente à China e está inserido nas discussões com a União Europeia", frisou.

Em Portugal, esse novo contexto está presente na parceria do setor aeronáutico, com a Embraer. Nesta segunda-feira (24-04), Lula anunciará um acordo da empresa com a portuguesa Ogma, para construção e manutenção dos aviões de defesa Super Tucano, já seguindo os parâmetros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Também será celebrado o primeiro voo de um KC-390 em território luso, cargueiro comprado por Portugal da fabricante brasileira.

O secretário assinalou que a parceria com Portugal vai além e passa, necessariamente, pela discussão em torno de biodiversidade e biorrefinarias. "O país tem uma legislação, de 2017, que nos interessa no campo da energia renováveis, pois desejamos a expansão de energia solar e eólica. A empresa portuguesa EDP tem quatro polos de investimentos no Nordeste brasileiro e nossa pretensão é de que haja uma expansão desses projetos", frisou.

## Mercosul e UE

Integrante da comitiva de Lula, que participou da 13ª Cimeira Luso-brasileira, o secretário disse que Portugal é um aliado importante para o Brasil, principalmente na discussão sobre o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. "O Brasil pode ser a porta de entrada para Portugal na América do Sul e Portugal, a porta de entrada para o Brasil na União Europeia", afirmou. Ele admitiu, contudo, que, mesmo a relação entre os dois países vir de longa data, a corrente de comércio entre eles ainda é muito baixa, de US\$ 5,3 bilhões por ano, com saldo favorável ao Brasil de US\$ 3,3 bilhões.

Elias afirmou que há uma grande possibilidade de que o acordo entre o Mercosul e a EU seja fechado ainda neste. O presidente Lula assegurou que faltam poucos detalhes para isso. "Os sinais são muito positivos. Falta apenas o equilíbrio nas sugestões feitas pela União Europeia, que envolvem, por exemplo, questões trabalhistas, como jornadas de trabalho e sistema previdenciário. O Brasil já cumpre esses quesitos", destacou. O importante, no entender dele, é que

nenhuma das questões é intransponível para o fechamento do acordo.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5089381-nao-vamos-tomar-medidas-na-calada-da-noite-diz-secretario-do-mdic.html>**

# Lula, imposto e conflito social - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

Entre 2016 a 2022, a conversa dominante de quem tinha o poder de direito era a limitação do gasto do governo. Em tese, era o objetivo principal da política econômica. De 2023 em diante, o assunto central deve ser o aumento de impostos.

A economia e o país dependem de muitas outras mudanças, decerto. Mas o pilar do projeto de estabilização de Lula 3 é um aumento de arrecadação em ritmo muito maior do que o do crescimento da economia. A base desse projeto é o "novo arcabouço fiscal".

Afirmo de que o plano de estabilização funcione, é preciso ainda que o crescimento da economia seja, no mínimo, maior do que o da média dos últimos 30 anos e quase o dobro do que se viu nos anos menos anormais depois da Grande Recessão.

Essa conversa parece banal até que se pense em como tem se desenrolado aquilo que, para resumir, se chama de "conflito distributivo" (na verdade, redistributivo, pois na maior parte relativo à disputa a respeito de impostos e pagamentos via Estado).

A reforma da Previdência foi aprovada quase um quarto de século depois de proposta. Vingou em uma situação de colapso da oposição e da esquerda. A reforma tributária, quase tão idosa, é mera possibilidade.

O controle de gastos foi feito de modo insustentável por um governo que imaginava não ter muito a perder. Isto é, a meta final do bolsonarismo era o golpe, e seu modus operandi era a desconsideração geral de direitos e de acordos reformistas democráticos. O salário de servidores foi apenas congelado, assim como o reajuste real do salário mínimo. Despesas essenciais foram apenas cortadas como se não houvesse amanhã.

A despesa pública é uma desordem exagerada e ineficiente, assim como a distribuição da carga tributária é motivo de ineficiência econômica e privilégio. Mas o que os governos "liberais" (2016-2022) fizeram, em especial o das trevas, foi sufocar parte dos envolvidos no conflito redistributivo e congelar despesas de modo insustentável. Não houve

remanejamento e revisão de gasto, menos ainda acordo social.

As reformas de mercado eram "acessórias" tratados com maior ou menor atenção, a depender dos interesses dos amigos do poder. As mudanças no trabalho e na Previdência passaram; em impostos e proteções contra a concorrência, emperraram.

Essa é uma descrição sumária de como são difíceis a reforma do Estado, a estabilização econômica e mudanças necessárias para a criação de uma economia funcional de mercado. Nem se mencione que estamos longe da criação de um sistema amplo e eficaz de proteção social.

Esses problemas não vão desaparecer. Apenas serão vira dos de avesso por Lula 3: em vez de contenção de gasto, um grande aumento de imposto, em parte de fato necessário desde 2015.

Não se trata de um problema de técnica de tributação. É um conflito social profundo. Para dificultar a tarefa, Lula 3 ainda não tem um plano de aceleração de crescimento que vá além das receitas anacrônicas e tristemente ignorantes de uma esquerda atolada na idealização de um passado de fracassos estruturais ou que provocou grande iniquidade (variantes de desenvolvimentismo pós-1950).

O combate mais ferrenho vai acontecer em 2023 e 2024. É o prazo para Lula atingir algumas de suas metas de política macroeconômica (no caso, dívida e deficit). Em 2025, o jogo estará jogado, para o bem ou para o mal.

Difícilmente o resultado será brilhante, pois o mundo vai mal e o plano fiscal de Lula não permite antecipar o controle da dívida -aprova desse pudim será comê-lo. Logo, será difícil haver antecipação de queda grande de taxas de juros e algum crescimento adicional por esse motivo.

Um conflito social profundo não vai ser resolvido com truques tributários. Lula precisa de uma conversa muito mais ampla. [vinicius.torres@grupofolha.com.br](mailto:vinicius.torres@grupofolha.com.br)

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Fundo que abastece BNDES precisa de R\$ 5,1 bi para não ficar no vermelho

**Fábio Pupo**

Brasília Técnicos do governo calculam que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) -que fornece recursos ao seguro-desemprego e ao abono salarial, além de ser o principal financiador do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)- voltará ao vermelho em 2023 após dois anos de resultados positivos.

Os técnicos dizem que são necessárias medidas para elevar os recursos disponíveis e evitar um desequilíbrio ao longo dos próximos anos para bancar obrigações legais já existentes. O diagnóstico é apresentado enquanto o governo planeja intensificar o uso de recursos do fundo e destinar até R\$ 4,6 bilhões por ano a novos programas.

A análise foi feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego e aponta para a necessidade de serem buscados R\$ 5,1 bilhões extras em 2023 para evitar o buraco. A sugestão da pasta para solucionar o problema é elevar o uso de recursos arrecadados com o PIS/Pasep, que abastecem o FAT.

A avaliação do governo sobre o FAT é feita anualmente em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e integra os anexos do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), cuja versão para 2024 foi enviada neste mês ao Congresso.

O PLDO estabelece as diretrizes e as metas para o exercício seguinte, moldando a proposta de Orçamento a ser discutida no segundo semestre.

A análise mais recente inverte a avaliação feita no ano passado. Naquela ocasião, o governo concluiu que as receitas do FAT cresceriam até 2025 em ritmo superior ao das despesas; e em nível suficiente para atender a obrigações legais e preservar o equilíbrio financeiro do fundo.

No documento enviado neste mês aos parlamentares, as estimativas são de receitas crescendo a uma média de 7,94% até 2026; e despesas, a 10,01%. No acumulado de 2023 a 2026, o déficit acumulado chegaria a R\$ 13,1 bilhões.

"As estimativas apontam que as receitas do FAT não

serão suficientes para atendimento das projeções de suas obrigações legais, com geração de desequilíbrio financeiro do fundo", afirma o Ministério do Trabalho e Emprego na nota.

"As projeções elaboradas apontam para novos desequilíbrios financeiros nas contas do FAT dos exercícios de 2023 a 2026, com sinalização da necessidade de adoção de medidas imediatas para aumentar os repasses de recursos da Contribuição PIS/Pasep no exercício de 2023, e incrementar os repasses de recursos nos exercícios de 2025 e 2026, para atendimento de pagamento de despesas obrigatórias do Fundo", afirmam os técnicos.

A piora nas projeções é calculada enquanto o governo tem intenção de direcionar recursos significativos e crescentes do fundo para a qualificação profissional. Em 2022, por exemplo, foram R\$ 19 milhões para a rubrica. Em 2023, a intenção é direcionar R\$ 136 milhões; em 2024, R\$ 2 bilhões; em 2025, R\$ 3 bilhões; em 2026, R\$ 4,5 bilhões.

Segundo anota, os cálculos consideraram programas de qualificação profissional a serem apoiados pelo ministério "para ampliar o processo de aumento de produtividade da economia e do incremento no tempo de manutenção do trabalhador em posto de trabalho". O texto não detalha que ações são essas.

Além disso, pressionam as despesas do FAT a elevação do salário mínimo. Estima-se que, para cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo de 2023, haja um incremento na despesa do seguro-desemprego em R\$ 33,4 milhões.

A pasta estima que o FAT execute anualmente, até 2026, R\$ 446,7 bilhões em obrigações, com média de R\$ 111,7 bilhões por ano.

Com despesas correntes (incluindo seguro-desemprego, abono e qualificação profissional), a média de execução projetada está em R\$ 87,55 bilhões ao ano. No caso das despesas de capital, relativas aos repasses ao BNDES (o FAT precisa repassar ao banco 28% da receita da arrecadação com o PIS/Pasep), a média anual é estimada em R\$24,11 bilhões.

Outro ponto para o qual o Ministério do Trabalho e

Emprego chama a atenção é a **reforma tributária**, que pode fundir **tributos** e mudar destinações hoje previstas na Constituição.

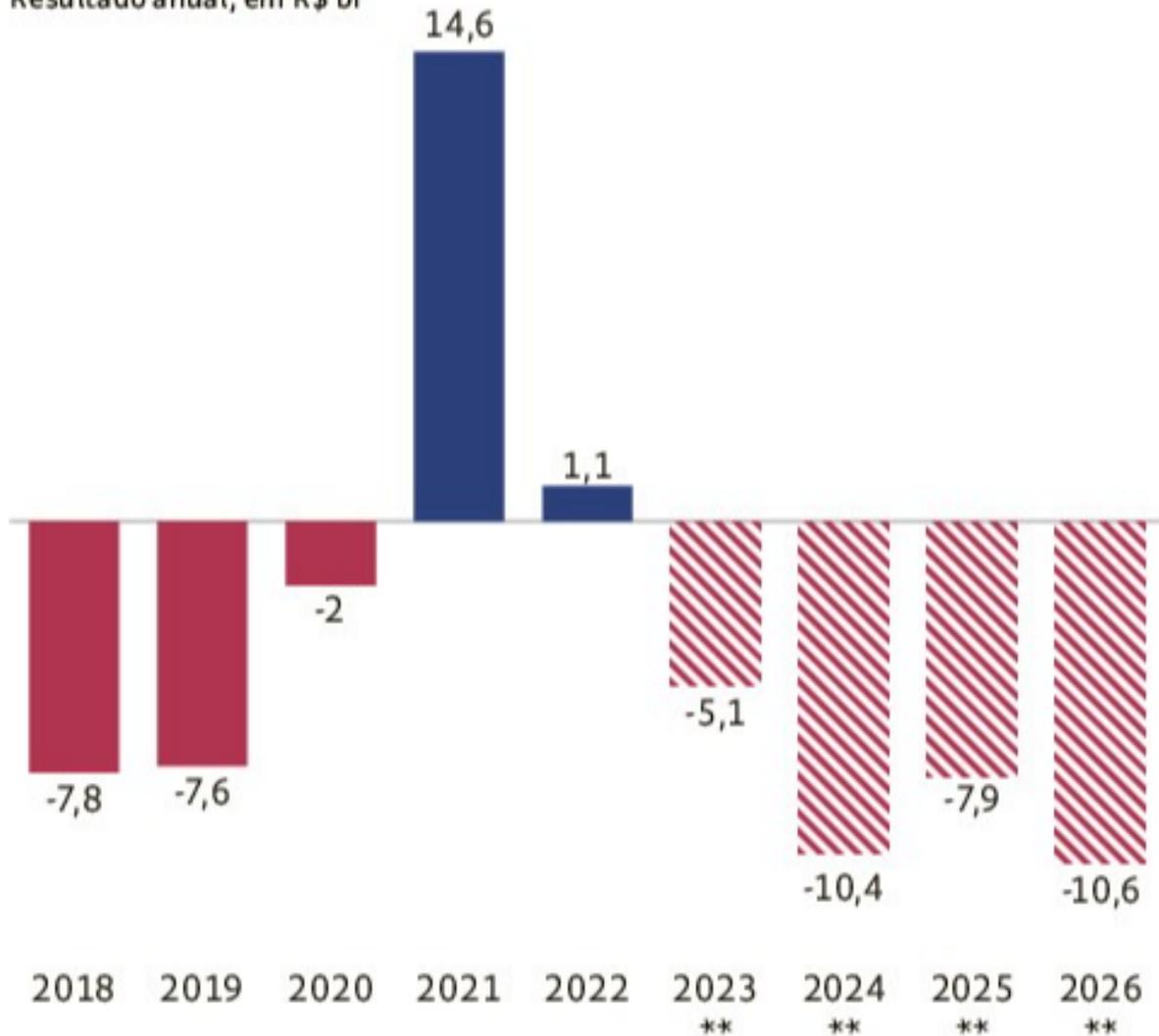
"São necessárias ações governamentais para alertar a todos os atores envolvidos no processo de mudança legislativa sobre a necessidade da manutenção de fontes de receitas do FAT para sustentação de suas obrigações constitucionais", afirma a pasta.

Questionado sobre o tema, o Ministério do Trabalho e Emprego não enviou mais comentários além dos que já fez na nota técnica. O Tesouro Nacional e o BNDES também foram procurados, mas não se pronunciaram.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

## Números verificados e projetados para o FAT

Resultado anual, em R\$ bi\*



### O que é o FAT?

Vinculado ao Ministério do Trabalho, o Fundo de Amparo ao Trabalhador é destinado ao custeio do programa Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, além do financiamento de programas de desenvolvimento econômico (o que é feito por meio do BNDES)

### Como o FAT é abastecido?

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), tributos instituídos em 1970

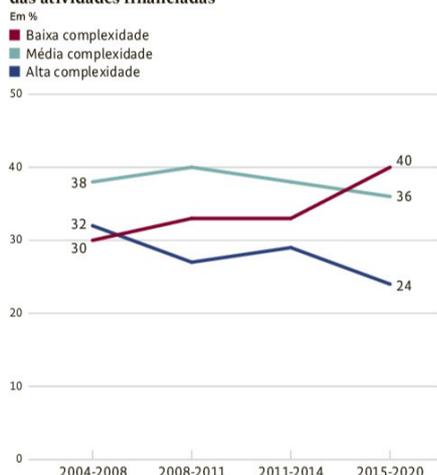
\* Valores nominais

\*\* Projeções

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

### Financiamentos do BNDES perdem complexidade nos últimos anos

**Desembolsos por nível de complexidade das atividades financiadas**



Fonte: Cedeplar

**Atividades com maiores financiamentos**

